

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 50

(Sem revisão final)

7 de maio de 2019

(14 h 36 m – 18 h 42 m)

Ordem do dia:

Audição do ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. José Alberto
Azeredo Lopes

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Berta Cabral (PSD)

Ascenso Simões (PS)

José de Matos Rosa (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

Diogo Leão (PS)

Rui Silva (PSD)

Santinho Pacheco (PS)

Sandra Pontedeira (PS)

Odete João (PS)

Jorge Gomes (PS)

Fátima Ramos (PSD)

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a nossa reunião.

Eram 14 horas e 36 minutos.

Srs. Deputados, como sabem, hoje será, previsivelmente, a última audição presencial no âmbito da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos e temos connosco o Sr. Prof. Dr. José Aberto Azeredo Lopes, na qualidade de ex-Ministro da Defesa Nacional, a quem quero, depois de pedir a redução do nível de ruído na sala, cumprimentar e agradecer a presença.

Questionei o Sr. Prof. Azeredo Lopes sobre se era sua vontade exercer a prerrogativa regimental de fazer uma declaração inicial que declinou.

Creio que o Sr. Deputado Telmo Correia pretende usar da palavra, pelo que lha concedo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, foi o meu colega António Carlos Monteiro que fez a audição desta manhã e, tanto quanto sei, nessa audição, foi entregue um documento pelo Sr. Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro e eu presumi que esse documento ia ser distribuído...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já foi distribuído, se vir a sua caixa de correio...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não encontrei esse documento; encontrei a outra carta, encontrei um documento com a classificação de confidencial...

O Sr. **Presidente**: — É esse!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... da Procuradoria...

O Sr. **Presidente**: — Não é da Procuradoria; é esse documento que foi distribuído...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quando é que ele foi distribuído, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Cerca das 14 horas...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — 14 horas e ...?

O Sr. **Presidente**: — 14 horas e 25 minutos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pois, é que não tivemos tempo de consultar, porque, pelo telemóvel, esse documento não é acessível e se foi distribuído às 14 horas e 25 minutos...

Portanto, queria consultá-lo antes de começar a reunião...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, esse documento será distribuído, agora.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, será distribuído a todos os grupos parlamentares...

O Sr. **Presidente**: — Exato!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Pois, mas como disse que ia distribuir ao Sr. Deputado...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Eu pedi em nome de todos!

O Sr. **Presidente**: — Já agora, Sr. Deputado Telmo Correia, acrescento que esse documento vem classificado, porque se trata de uma cópia que, presuntivamente, corresponde ao documento que consta do processo criminal e, como sabem, nas regras de classificação documental da Assembleia da República, os documentos sob segredo de justiça têm a classificação de secreto.

Não sendo demonstrável que seja, exatamente, aquele documento, que foi entregue pelo Sr. Chefe de Gabinete, foi-lhe aposta a classificação de confidencial e não de secreto, mas, de qualquer maneira, é a justificação para essa classificação que corresponde às regras.

Srs. Deputados, a assessoria da Comissão irá distribuir esse documento em papel, na medida em que o Sr. Deputado refere que não tem acesso ao mesmo neste momento.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não quero entrar num debate com V. Ex.^a sobre a classificação, não é esse o objetivo, o objetivo é podermos ter acesso ao documento.

O telemóvel não permite o acesso, como sabe, só no nosso posto de trabalho, por assim dizer, no nosso gabinete, é que isso seria possível e, como o envio foi há cerca de 5 minutos, não tivemos ainda hipótese de o ler, mas se vai ser distribuído está resolvido o problema e nós leremos o documento aqui mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, e, subsequentemente, darei a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos para iniciar a inquirição, queria referir que o despacho de distribuição foi feito hoje de manhã, mas fui informado de que o mesmo teria chegado apenas a alguns instantes.

Srs. Deputados, nada havendo a objetar, daremos, então, início à...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Vasconcelos é que pode objetar ou não; eu, da minha parte, não iniciarei a minha inquirição sem ter o documento, mas, como o Sr. Deputado João Vasconcelos intervirá antes de mim, eu aguardarei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, creio que o documento já estará atrás de si fisicamente...

Vamos, então, começar a inquirição, dando a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos, que dispõe de oito minutos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Doutor Azeredo Lopes por estar nesta Comissão e, desde já, agradecer, antecipadamente, as respostas que irá dar.

Sr. Doutor, vou começar, não me centrando de início na questão do furto em junho de 2017, mas um pouco mais à frente, por volta da recuperação das armas, ou até um bocadinho antes, mais propriamente, em 10 de setembro de 2017.

O Sr. Doutor Azeredo Lopes, numa entrevista, disse que: «no limite, podia não ter havido furto nenhum, porque não existia prova visual, nem testemunhal, nem confissão».

O Sr. Doutor pode dizer que dados, que factos, que conhecimentos possuía para fazer estas afirmações?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados e Sr. Professor, nos termos que temos acordado, e para evitar que o Presidente esteja sempre a dar a palavra em todas as intervenções, a regra é a de o depoente ter a amabilidade de ir respondendo e, no final, sinalizarei o fim do tempo.

Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes** (ex-Ministro da Defesa Nacional): — Muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Presidente e, através dele, todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito e também o Sr. Deputado João Vasconcelos.

Sr. Deputado, respondendo à sua pergunta, nunca admiti a hipótese de não ter havido um furto em Tancos, ou seja, não fiz jogos de palavras. Aquilo que disse — e é bom ler-se primeiro o texto todo da peça do *Diário de Notícias* e, melhor ainda, ouvir-se o *link* disponível na TSF —, e o contexto em que o fiz, aqui, é muito importante para esclarecer que aquilo que estava a ser, na altura, discutido, no decurso da entrevista, era o conjunto de medidas que o Governo tinha já adotado, nomeadamente um sistema de gestão integrado de existências, que permitisse, uma vez concluído, evitar

quaisquer discussões sobre se faltava ou não faltava material nos paióis ou em instalações militares à guarda das Forças Armadas.

Foi nesse contexto que eu adiantei, com meridiana clareza, e que referi durante a entrevista, como devem ter lido, diretamente aos entrevistadores aquilo que eles próprios conheciam, ou seja, a existência de várias tomadas de posição públicas que questionavam ou que punham em causa a existência de um furto nos Paióis de Tancos.

Foi nesse contexto que eu disse que era muito importante que este processo se concretizasse para que não se dissesse ou para que não se possa dizer que, no limite e por absurdo, não houve furto nos Paióis de Tancos.

De qualquer modo, mesmo no seu sentido mais literal, ou seja, descontextualizado daquilo que justifica o que eu disse, a expressão «no limite e por absurdo» nunca indicia aquilo que foi dito que indiciava.

Portanto, não é legítimo e não é honesto extrapolar do contexto em que eu situei esta questão. Aliás, para quem duvide, é bom ouvir também a entrevista que eu tinha dado à RTP, em junho, onde, justamente, me referi à situação que o Sr. Deputado acabou de convocar para dizer que, evidentemente, e não sendo eu dado a teorias da conspiração, não me passava pela cabeça pôr em causa a existência de um furto.

Portanto, o pressuposto da afirmação era: temos de concluir um sistema integrado de gestão de existências para que nunca mais se possa estar a discutir com seriedade o que aconteceu, o que não aconteceu, se há desconformidade na recuperação ou se não há desconformidade na recuperação do material que veio a ocorrer mais tarde.

Sem querer fazer graça, se eu disser, a propósito de A, e numa conversa com um amigo, «não diga isso dele, porque, senão, no limite e por absurdo, ainda vamos pensar que ele é inteligente», estou a dizer que ele é inteligente ou que ele não é inteligente?

Portanto, é uma questão de português. E é tanto uma questão de português como também de aceitar que a resposta que eu dou merece, pelo menos, ser lida no contexto da entrevista e não apenas do título que, admito, poderia indiciar algo que eu, manifestamente, não quis dizer e que, manifestamente, não disse.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Vamos, agora, ao dia da recuperação das armas, na Chamusca, mais propriamente, a 18 de outubro de 2017. Nesse dia tivemos conhecimento que tinha sido feita a recuperação de armas através de uma operação concertada entre a Polícia Judiciária Militar e o Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Loulé.

Houve um comunicado da Polícia Judiciária Militar onde é referido que o Ministro da Defesa Nacional, bem como o DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) foram informados das diligências em curso. Sabia-se que a Procuradoria-Geral da República tinha entregado a liderança do processo da investigação criminal à Polícia Judiciária civil, logo passados uns dias ao furto de Tancos.

Pergunto: sabia que era a Polícia Judiciária que liderava a investigação criminal? Sabendo que a Polícia Judiciária Militar depende do Ministro da Defesa, do Ministério da Defesa, teve alguma intervenção na elaboração do tal comunicado da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, a 18 de outubro de 2017, como disse, e bem, tomo conhecimento da recuperação do material de guerra que tinha sido furtado em Tancos. Creio que essa informação me chega inicialmente pelo meu Chefe de Gabinete, Sr. General Martins Pereira, que me anuncia o facto, creio eu, de o Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar ter telefonado para esse efeito.

Na sequência disso, o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar foi ao Ministério da Defesa e transmitiu-me essa informação, dizendo muito sucintamente que o material tinha sido recuperado na Chamusca e eu, evidentemente, fiquei muito satisfeito, como pode imaginar. Nesses termos sem mais pormenores, a questão a partir daí passou a ser: quem é que ia dizer o quê?

O Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar perguntava se não seria o Ministério da Defesa a comunicar, coisa que eu, evidentemente, recusei categoricamente, pois o Ministério da Defesa Nacional não é uma estrutura de investigação, não tinha a condução da investigação. Portanto, a minha sugestão foi no sentido de que fosse definido quem é que devia comunicar — ou a Polícia Judiciária Militar, ou a Polícia Judiciária, ou o DCIAP, neste caso o Ministério Público — e que, quando isso fosse definido, me dissesse.

Ele, nessa altura, disse: «Se for a Polícia Judiciária Militar...». E eu avancei: «Olhe, se for e se precisar de ajuda técnica para fazer o comunicado, não vejo inconveniente em poder alguém do meu gabinete ver isso».

Como saberá, e creio que isso já resultou, suponho, de audições anteriores, havia uma orientação no ministério para que reforçássemos mecanismos de comunicação, considerando factos onde essa comunicação não tinha corrido bem. Não era propriamente a ideia de uma comunicação mais eficiente ou mais valorizadora dos ramos ou do Ministério da Defesa Nacional, mas tinham acontecido problemas de comunicação, em concreto — e estou a recordar-me do caso que motivou este debate —, na situação do terrível acidente com um *C-130*, a 11 de julho de 2016, onde, manifestamente, as coisas não correram muito bem, nomeadamente para avisar as famílias das pessoas e das vítimas e outros pormenores que aqui não interessa desenvolver.

O comunicado, como é óbvio, não foi condicionado nem influenciado pelo Ministério da Defesa Nacional, tanto assim que venho a conhecê-lo apenas em momento posterior.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não achou estranho ter saído este comunicado, tendo em conta que cabia à Polícia Judiciária liderar o processo? Não pensou que podia ter sido de outra forma? Por que é que foi a Polícia Judiciária Militar que tomou estas diligências, omitindo a participação da Polícia Judiciária?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, primeiro, eu não sabia que tinha omitido a participação da Polícia Judiciária; segundo, no momento em que tomo conhecimento dos factos sei que foi recuperado o material de guerra furtado em Tancos; terceiro, era difícil eu ter consciência dessa ausência de comunicação ou de colaboração com a Polícia Judiciária Militar, porque o próprio comunicado invoca a informação dada ao DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal). Portanto, estamos a falar de coisas que acontecem no prazo de, suponho eu, menos de uma hora.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Depois, seguiram-se todos aqueles acontecimentos de que passámos a ter conhecimento, e que até foram focados por muitas das pessoas aqui ouvidas, nomeadamente o transporte do material para Santa Margarida e o facto de a Polícia Judiciária ter sido barrada nos portões do quartel.

O Sr. Doutor soube destes procedimentos. Quando é que soube e que medidas tomou, ou que diligências efetuou, perante esses factos?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Só soube *a posteriori*.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Teve conhecimento de alguma investigação paralela, por parte da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Teve conhecimento do parecer do Prof. Rui Pereira, *Conexão de Processos, Crimes Comuns e Crimes Militares*?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Tive conhecimento, se não me falha a memória, através da imprensa, porque ele foi vertido para a imprensa nos seus termos fundamentais.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Daquilo que leu, certamente, ou, pelo menos, daquilo que veio a público, o que lhe parece esse parecer? Em seu entendimento, o mesmo justifica a atuação da Polícia Judiciária Militar, nomeadamente os argumentos invocados e os procedimentos efetuados pelo ex-Diretor da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, qual é a pergunta? Está a pedir-me um parecer jurídico sobre o parecer jurídico do Dr. Rui Pereira? É que não estou habilitado a dar pareceres sobre pareceres, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Doutor...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Já agora, explico porquê, mesmo juridicamente: acharia muito estranho que alguém desse um parecer sobre um parecer que, aparentemente, foi formulado de forma abstrata, não podendo quem dá o parecer controlar ou ter conhecimento das razões que levaram, neste caso, a titular da investigação, a Sr.^a Procuradora, a determinar aquilo que determinou, a 4 de julho.

Portanto, não me atrevo a isso e acharia muito peculiar, do ponto de vista jurídico, que, sem poder ter acesso a uma informação que é determinante, se pudesse agora vir perorar se sim ou não, a propósito de questões de conexão.

Se me pergunta — e antecipando, provavelmente, a sua pergunta — se eu conhecia a posição da Polícia Judiciária Militar, respondo-lhe: conhecia, com certeza, ou seja, conhecia que, neste caso, estavam em causa crimes de natureza essencialmente militar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E, nessa altura, sentiu algum descontentamento no seio da Polícia Judiciária Militar, pelo facto de a mesma não liderar o processo e apenas coadjuvar a investigação da Polícia Judiciária?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Senti muito claramente, sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — De que forma é que isso lhe foi transmitido? Foi em conversas, pareceres?... O Sr. ex-Diretor da Polícia Judiciária alguma vez falou consigo sobre esse caso?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Falou, seguramente, de todas as vezes em que falámos sobre Tancos. Com certeza que sim, suponho eu.

Falou, depois, num quadro semipúblico, durante a visita que fizemos a Tancos com o Sr. Presidente da República e não verbalizou, mas formalizou, através de um documento — breve, aliás — que me entregou. Confirmo, portanto, o que, suponho, o Sr. Diretor-Geral aqui afirmou, ou seja, que mo terá entregado — e não tenho razões para duvidar disso — a 4 de agosto de 2017.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Doutor, vamos, agora, ao dia 25 de setembro de 2018, mais propriamente àquilo que se designou de «Operação Húbris».

Depois também veio a público, na comunicação social, que a recuperação do armamento na Chamusca tinha sido objeto de uma encenação, em conivência com o autor do furto, um tal Sr. João Paulino, e com a GNR (Guarda Nacional Republicana) de Loulé.

O ex-porta-voz da Polícia Judiciária Militar, Major Vasco Brazão, tanto nos interrogatórios a que foi sujeito como aqui, na Comissão de Inquérito, referiu que o Sr. Ministro da Defesa tinha conhecimento destes factos e que, inclusivamente, mais tarde, tanto ele como o ex-Diretor da Polícia Judiciária Militar tinham entregado ao seu Chefe de Gabinete um documento, um memorando.

A operação teria ocorrido através de um informador, neste caso, à revelia da Polícia Judiciária, segundo o que nos foi transmitido pelo Major Vasco Brazão, que referiu, inclusivamente, que — e passo a citar — «o Sr. Ministro não deu instruções para fazer de outra forma». Estas são palavras textuais do Sr. Major Vasco Brazão, que também disse que o seu Chefe de Gabinete lhe tinha ligado e lido o documento e que até o teria enviado através

de *WhatsApp*. Mas o Sr. General Martins Pereira disse aqui, na Comissão de Inquérito, que desconhecia, ou não se lembrava, se o tinha enviado ou não.

Perguntava ao Sr. Doutor se, efetivamente, nessa altura, recebeu algum memorando da parte do seu Chefe de Gabinete ou se lhe foi lido, através do telemóvel, o teor desse mesmo memorando.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A que memorando se está a referir, Sr. Deputado? Se me permite a pergunta... É o memorando onde era referido que eu teria conhecimento de que havia um acordo com ladrões? É esse?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O memorando onde era referido que havia um informador e que a operação era objeto de uma encenação.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Peço desculpa por insistir, mas as palavras são importantes.

Está a falar da existência de um acordo com ladrões ou está a falar de um documento que refere a existência de um informador?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Doutor, estou a falar de um documento que refere que existia um informador e que as operações tinham por base uma encenação, feita para recuperar o material de guerra.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A encenação, portanto, não pressupunha um acordo com os autores do furto?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A mim, não me compete avaliar isso! Só estou a fazer uma pergunta ao Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Então, posso responder, agora que já tenho a definição da pergunta, que é muito importante, como pode perceber.

Aquilo que sempre disse, e digo isto a primeira vez que sou...

Vozes impercetíveis.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ainda não respondeu!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Não ouvi a resposta...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Ainda não dei a resposta.

Aquilo que eu disse sempre, e disse imediatamente quando fui questionado, aliás, quando estava em Bruxelas — e peço desculpa pela insistência para perceber a pergunta que é colocada —, é que o pressuposto de que se parte e que perdura durante vários dias é composto por vários elementos, todos conjugados.

Primeiro, as pessoas que referiu e que terão tido a reunião, a 20 de outubro, com o meu Chefe de Gabinete estavam ao corrente de um acordo e, de alguma forma, tinham estado mancomunados num acordo com os autores do furto, mediante o qual, em troca de impunidade, esses autores do furto devolveriam, pelo menos, parte substancial do material militar.

A construção que existe nesse momento e que perdura durante vários dias, tornando difícil, depois, fazer uma separação clara entre as questões, é a de que havia um memorando, pressupondo-se, portanto, um documento formal, em que era dada a conhecer essa estratégia e onde, evidentemente,

se pressupunha que os autores desse acordo tinham feito prevalecer a vantagem «entrega do material militar», em detrimento da realização da justiça, ao não perseguirem os autores do furto. Tudo isto, evidentemente, sem o conhecimento e à revelia do Ministério Público e da Polícia Judiciária.

Repito: por isso é que perguntei várias vezes, porque, quando ouço falar em encenação, presumo uma coisa e, quando ouço falar em informador, presumo outra coisa. Portanto, peço desculpa por esta introdução, mas penso que era muito importante.

No dia 20 de outubro... E porque é que eu digo isto? Porque, na altura em que esta questão é suscitada, o Chefe de Gabinete, quando vem a perceber que tem esse documento no telemóvel e vê a data em que é tirada a fotografia, eu não estou em Lisboa. Acho que, hoje, isso é pacífico.

Nós estamos num contexto muito complexo, de grande complexidade. É preciso recordar que, a 15 de outubro, ocorrem os incêndios trágicos que causaram a morte de dezenas de pessoas, é preciso recordar todo o processo tremendo que aconteceu nos dias subsequentes, é preciso ter presente que, se não me falha a memória, no dia 18, demite-se a minha colega da Administração Interna e é preciso ter presente que está marcada para sábado seguinte, ou seja, no dia a seguir a esta reunião, uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros para definir o novo modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Portanto, sem precisar sequer de apelar à minha memória, eu podia dizer imediatamente que sei de muitas coisas que falei durante o dia 20, tratando, quase essencialmente, da definição — que não era fácil — daquela que viria a ser a participação das Forças Armadas nesse novo modelo que estava em discussão.

Para ter uma ideia, o Conselho de Ministros começou bastante cedo, de manhã, e acabou muito tarde, à noite, e, especificamente, estavam em causa duas questões fundamentais: por um lado, qual é que viria a ser o papel

da Força Aérea — havia muita discussão sobre se era de comando, se era de comando e gestão, se era de organização, e cada uma destas palavras tinha consequências concretas — e, por outro lado, aquele que poderia vir a ser o papel desempenhado pelo Regimento de Apoio Militar de Emergência. Portanto, eram duas questões centrais.

Não tenho a certeza... Há uma coisa de que tenho a certeza: durante essa reunião, não falei com esse Sr. Major e até seria capaz de dizer que não falei com o Sr. Coronel Vieira. Não tinha memória, de todo, de ter falado com eles. Penso que o Sr. Coronel Vieira terá dito que eu pedi para lhe ser passado o telefone e que o objeto da conversa terá girado exclusivamente em torno da conversa que eu tinha tido com a Sr.^a ex-Procuradora-Geral da República e que tinha assumido o compromisso de lhe transmitir.

Para lhe dar um exemplo, se não tivesse havido esta afirmação do ex-Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar e se o Sr. Deputado me perguntasse se eu tinha falado com o Sr. Cor. Vieira e, tendo falado, o que é que tinha dito, eu não seria capaz de lhe dizer. Estaria, no fundo, a agir contra mim próprio, porque não estaria a fazer o compromisso que tinha assumido perante a Sr.^a ex-Procuradora Joana Marques Vidal.

O que sei que me foi transmitido, ou nesse dia ou no dia a seguir, pelo meu ex-Chefe de Gabinete, Sr. General Martins Pereira, foi que havia um informador, que não podia ser identificado — portanto, era um informador que iria continuar como tal, sem ser identificado —, e que, essencialmente, aquilo que se tinha pedido era que estivesse alguém na margem sul para receber um telefonema com a indicação do local onde se encontravam as armas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, não confirma se teria recebido ou lido, nessa altura, o documento que foi distribuído à Comissão de Inquérito?

Tivemos conhecimento, há pouco tempo, de um documento que não tem timbre, não tem assinatura, não tem data. Não confirma que recebeu este documento?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não tenho memória — e vou explicar porque é que digo isto assim —, de todo, de alguma vez ter lido esse documento antes do momento posterior à minha demissão, no dia 12 de outubro.

Porque é que eu não digo que não li e não conheço o documento? Porque percebi que o Sr. General Martins Pereira não tinha a certeza de mo ter enviado. Portanto, não vou agora estar a querer ficar protegido com declarações deste tipo. Não tenho nenhuma memória de alguma vez ter visto fisicamente esse documento.

Também lhe posso dizer que, depois de o ter lido — e, como lhe disse, aliás, li-o já em momento posterior à minha demissão, ou no momento em que apresento ao Sr. Primeiro-Ministro a minha demissão —, fiquei confortado, e não lhe escondo isso. Ou seja, considero que o meu Chefe de Gabinete, no contexto em que recebe aquela informação, me transmite lealmente o essencial, ou aquilo que era importante que eu conhecesse.

É bom ter presente que, antes deste episódio trágico que estamos agora a discutir nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, a memória principal que me foi transmitida sobre aquela reunião foi a ideia do receio sentido junto dos interlocutores do Sr. General Martins Pereira.

O Sr. General Martins Pereira não podia saber, evidentemente, porque eles não lhe disseram — pelo menos, foi o que me transmitiu — que tinha havido uma reunião que tinha corrido bastante mal. É curioso verificar como, depois, na imprensa, saiu com grande pormenor o teor da reunião, as palavras que foram ditas.

Não deixa de ser curioso que aquilo que me foi transmitido pelo General Martins Pereira — o facto de ser «até à morte» ou coisa desse género — vem a ser, depois, estranhamente, descrito com pormenores, com protagonistas, com interlocutores a propósito dessa reunião, se não me falha a memória, numa peça muito completa de um jornal digital, neste caso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, confirma que apenas teve conhecimento deste documento no dia 12 de outubro de 2018, precisamente no dia em que apresentou a sua demissão.

Sr. Doutor, demitiu-se por esse facto ou terá havido outros motivos para a sua demissão?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Se não me engano, o Sr. Deputado coloca aqui duas questões. Uma delas é se confirmo que foi a 12 de outubro que tomei conhecimento do documento. São coisas com as quais é preciso ter cuidado, mais uma vez, e clarificar, para que não restem dúvidas.

Como eu disse, o Sr. General Martins Pereira deu-me conta do essencial, do que ele considerava fundamental a propósito desse documento. Portanto, não vou escudar-me e dizer que, por não ter memória de ter visto o documento, não conhecia aspetos do documento. Acabei de dizer o que conhecia, o que me constou — é impossível dizer se foi um ou dois telefonemas —, a informação que recebi. Depois, quando a questão o suscitou, fui, no fundo, tentando reconstituir.

Aquilo de que fui informado foi de que, em primeiro lugar, havia um informador, que também era, creio, informador da Polícia Judiciária, em segundo lugar, que não queria ser identificado e, em terceiro lugar, que teria de haver um *modus operandi* específico para que ele dissesse, de uma vez por todas, onde estava o material de guerra.

Perguntou pelas circunstâncias da minha demissão. As circunstâncias da minha demissão são relativamente simples. Tenho uma noção muito clara de que o meu tempo como Ministro da Defesa Nacional se encerra a partir do momento em que, no espaço público, entramos numa lógica devastadora de acusações, de ataques à honra, à honorabilidade e, a partir do momento, sobretudo — porque já tinha acontecido no passado —, em que entendo que a minha continuação em funções deixa de ser útil e começa a ser prejudicial.

Não era prejudicial para mim, porque tinha o dever, se fosse esse o caso, de aguentar o tempo que fosse necessário, mas para aquilo que considero o valor fundamental de quem exerce uma função pública, isto é, que não deve desistir de a exercer só porque há pressões, por fortes que sejam, ou insinuações de ataques. Mas, a partir do momento em que considero que o que quer que faça já não vai ter resultados positivos na esfera da governação e que não vale a pena, pelo contrário, transforma-se num dever cessar funções.

Também sempre acreditei que era muito importante cessar funções por decisão própria e não ser expulso. Acho que isso era importante, chame-lhe «orgulho», chame o que quiser. Sendo certo que, quando exerço funções governativas, tenho a noção humilde de que a minha permanência no cargo resulta exclusivamente da vontade do Primeiro-Ministro. Não sou daqueles que considera que tenho um qualquer direito à função, da mesma maneira que considero, também, que é dever próprio fazer uma análise sobre as circunstâncias e o modo como as funções estão a ser exercidas.

Isso acontece, justamente, com as informações a propósito do memorando. Recordar-se-á de que fui acusado de conhecer o acordo com os ladrões, de mentir, de sonegar informação. A partir de certa altura, é palavra contra palavra, estratégia de advogado contra isto e contra aquilo. A partir desse momento, a avaliação que tinha de fazer era: há algum dossiê fundamental que tivesse o dever de concluir ou não? Não.

Relativamente à Lei da Programação Militar, tinha havido o parecer do Conselho Superior de Defesa Nacional, se não me falha a memória, algures na terceira semana de setembro, talvez a 20 ou 21, e esse era um projeto crucial para as Forças Armadas, não para o Ministro evidentemente.

Era crucial para as Forças Armadas, porque pressupunha uma visão completamente nova do modelo de construção da Lei de Programação Militar, pressupôs uma definição prévia de balizas de orientação política quanto às estratégias que deviam ser seguidas relativamente a esta matéria e essa era — não lhe escondo — talvez a questão, para mim, mais crucial. O resto, bem ou mal, não pense que estou a reivindicar méritos *a posteriori*, não é muito o meu estilo, também estava a andar bem.

Havia uma questão que pode parecer-lhes muito simbólica ou até insignificante, que era o andamento dos processos na NSPA (*Support and Procurement Agency*), nomeadamente da «arma ligeira» que esperava, há mais de duas décadas, poder vir a concretizar-se.

A informação de que disponho é, também, a de que vai finalmente — não fui eu, o meu sucessor tem todo o mérito — ser assinada, ao fim de mais de 20 anos. É difícil explicar a importância simbólica que isto tem, com base numa opção que, como se recordarão, foi muito criticada, ou seja, a de escolher uma agência de compras da NATO para, de uma vez por todas, nos libertarmos da suspeição das insinuações das potenciais participações de escritórios na aquisição... Vou ficar por aqui. O mesmo se passou em relação às viaturas ligeiras e em relação às principais missões.

Portanto, há uma altura em que se eu considerei que chegava, que tinha acabado, que não valia a pena, pois estaria a prejudicar a função se continuasse no cargo. Para esse efeito, e como vinha a Lisboa, pedi ao Sr. Primeiro-Ministro que me recebesse. Estamos a falar, evidentemente, do dia 12, algures perto do fim da manhã. Não sei a que horas cheguei, mas vim de comboio e posso recuperar essa informação, se entenderem por bem.

Como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro já sabia, disse: «Vamos, então, calmamente, definir um momento para a minha saída e gostava que fosse agora». O Sr. Primeiro-Ministro teve a delicadeza de compreender as minhas razões, depois, nessa altura, e em simultâneo, deu-me a conhecer o documento que até aí tinha recusado ver.

Portanto, não estou a dizer que não pudesse ter já visto o documento nessa altura, uma vez que, quando o meu Chefe de Gabinete me disse que conseguiu encontrar o documento, falámos várias vezes para determinar o que faltava ou o que podia suscitar ainda dúvidas. Ele queria mostrar-me o documento e eu disse-lhe: «Por favor, não me mostre.»

Não quero estar aqui a blindar-me e a parecer que sou inocente, mas eu prefiro não mentir e, a partir do momento em que se começam a ler documentos, em tempos históricos diferentes, depois torna-se difícil reconstituir aquilo que realmente lemos ou aquilo que não sabemos.

É, no dia 12, ao fim da manhã, que apresento a minha demissão. Para esse efeito, pedi para ser recebido pelo Sr. Primeiro-Ministro, depois fui, com aquela calma que dá a circunstância de uma situação resolvida, escrever a minha carta de demissão, tratando, tanto quanto possível, que fosse em bom português. Ao início da tarde, tive ocasião de a entregar ao Sr. Primeiro-Ministro, durante uma cerimónia pública que, nesse mesmo dia, tinha lugar.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Muito obrigado.

Então, podemos concluir que, quando tomou conhecimento do documento ou das suas linhas gerais, não terá descortinado, utilizando palavras do seu ex-Chefe de Gabinete, «qualquer tipo de encenação», em relação à recuperação das armas.

Ponho, agora, uma questão concreta: a partir do momento em que tomou conhecimento de alguns factos relatados no documento, conversou e informou o Sr. Primeiro-Ministro sobre aquilo de que teve conhecimento?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Por «encenação», o Sr. Deputado entende, portanto, a existência de um informador?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Então, se é em relação ao documento, posso responder. Tive conhecimento disso e não transmiti ao Sr. Primeiro-Ministro, pelo contexto muito particular em que este conhecimento, absolutamente lateral naquelas circunstâncias, se verificou.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Sr. Deputado Telmo Correia, tem a palavra, dispondo dos mesmos tempos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Ex.^a, Professor Azeredo Lopes, pela sua presença e pelos esclarecimentos que já nos deu.

Começo por perguntar-lhe, diretamente, por um memorando, não este memorando de que estamos a falar agora — já lá iremos —, mas por um memorando anterior, datado de 4 de agosto, do diretor da PJM (Polícia Judiciária Militar), o Coronel Luís Vieira, que terá sido entregue e no qual se punha a questão das competências entre a PJM e a PJ (Polícia Judiciária) ou seja, o entendimento da PJM era que a competência devia ser deles. A conexão de processos, de resto, está também no parecer do Prof. Rui Pereira.

Perante esse memorando, qual foi a sua interpretação, o seu entendimento, a sua reação? Como Ministro da tutela, qual foi o apoio político a essa posição da PJM?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, quando o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar afirmou — soube-o pelos jornais — que se tinha encontrado comigo e com o meu Chefe de Gabinete a 4 de agosto, mais uma vez, não estaria a mentir se lhe dissesse que não tinha qualquer memória desse facto, até por ser agosto. Depois, pude ir para trás e o que fiz foi tentar reconstituir, através da agenda, esse facto. Na minha agenda, consta, de facto, uma reunião com o Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar.

Se me pergunta se eu tinha memória do documento, não tinha, mas posso dizer-lhe, com toda a certeza, como aliás já resultou de uma resposta dada anteriormente, que tinha conhecimento mais do que suficiente sobre a posição da Polícia Judiciária Militar relativamente à questão de quem devia conduzir a investigação do furto em Tancos.

Em primeiro lugar, porque o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar me tinha transmitido e, em segundo lugar, porque não sou daqueles que raramente leem jornais, tenho o hábito de ler jornais, fui acompanhando a maior ou menor qualidade jurídica dos argumentos a favor e contra a conexão, a existência de crimes de natureza estritamente militar, etc. Fiz essa recensão e são muitos os textos onde, manifestamente, são expostas posições a favor ou contra esta hipótese.

Portanto, não vou esconder-lhe que só muito recentemente li o memorando do Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária com um pouco mais de circunstancialismo, mas que replica, basicamente, aquilo que, aliás, o Sr. Deputado em síntese afirmou.

Quanto ao que pergunta, tenho alguma dificuldade em avaliar o que se deve fazer nestas circunstâncias, desligando-me do que hoje sabemos. Não gosto muito das analogias futebolísticas, o Sr. Deputado perdoar-me-á. Não padeço do «síndrome do João Pinto», ou seja, «prognósticos só no fim».

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — São prognósticos!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Eu não disse assim?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Disse «diagnósticos».

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não, é só o meu sotaque portuense, porque eu disse «prognósticos». Peço desculpa pelo sotaque.

Creio, honestamente, que, da leitura que hoje fazemos, retrospectivamente, de todos os factos passados, é impossível, não é humano, não estarem condicionados por aquilo que sabemos e que dá sentido a um encadeamento factual de situações que, hoje, temos de interpretar a outra luz. Mas, se pensar, tente colocar-se comigo no dia 4 de agosto de 2017, e chega um seu Diretor-Geral, que lhe entrega um memorando, como, aliás, creio que foi aqui descrito, para memória futura, exprimindo a sua discordância sobre uma qualificação jurídica, tenho grande dificuldade em atribuir a esse facto especial gravidade, até porque, tanto em funções governativas, como noutras funções, nunca achei mal que alguém educadamente apresentasse, expusesse argumentos jurídicos que, até para salvaguarda, às vezes, da pessoa, prevenissem que, no futuro, se dissesse que calou, que não disse ou que omitiu.

Portanto, não presumindo, ainda por cima, nada em relação ao Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, além daquilo que é conhecido

publicamente, tenho uma enorme dificuldade e procuro humildemente circunscrever-me àquilo que era exigível que fosse a minha avaliação crítica ou não crítica relativamente a algo que acho que é absolutamente comum e, em algumas coisas, exigível a agentes públicos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, Sr. Professor, mas vamos ver... Compreendo a sua expressão, conhecida, de resto, mas até há outra expressão que se costuma usar, na mesma linha, que é até mais exemplificativa que é a do chamado «totobola à segunda-feira». Totobolas à segunda-feira são fáceis e compreendo o seu ponto de vista.

Mas a obrigação desta Comissão é analisar as responsabilidades políticas, portanto não lhe posso perguntar o que teria feito à luz de hoje, mas pergunto-lhe o que fez à luz do que sabia naquela altura. É isso que queremos saber.

Outra questão é a de saber o que soubemos entretanto! Mas à luz daquela altura, apesar de tudo, e o Sr. Professor é um jurista qualificadíssimo, conhecia a posição da Procuradoria-Geral da República e, pelo que acabou de nos dizer, a controvérsia. Por isso pergunto-lhe se, junto do Sr. Diretor da PJM, explicou, insistiu, sugeriu, como Ministro da tutela, que respeitasse a posição da Procuradoria-Geral da República e se reconduzisse à sua posição de apoio, em vez de fazer aquilo que soubemos que foi feito entretanto — o Sr. Professor não saberia na altura —, ou seja, um processo paralelo, um conjunto de ilegalidades e por aí fora.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, agora acho que percebi melhor a sua pergunta e desculpe se não lhe respondi antes. Não conhecia a expressão «totobola à segunda-feira», deve ser mais aqui de Lisboa!

Mas é bom que fique claro o seguinte: o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar nunca me deu a entender qualquer rebelião relativamente à decisão da Procuradoria, a não ser uma revolta interior por considerar que as suas competências estavam a ser sonegadas com prejuízo para a investigação.

O memorando é estritamente um documento bastante seco, bastante sintético, aliás, onde ele regista a sua posição crítica em relação à decisão que tinha sido tomada pela Sr.^a Procuradora-Geral da República, que eu conhecia, não porque tal me tivesse sido comunicado formalmente, que não foi, nem tinha de ser. O despacho da Sr.^a Procuradora não tinha de me ser comunicado. Mas conhecia-o pela nota pública que, aliás, se não me engano, foi divulgada no dia em que ocorreu a visita com o Sr. Presidente a Tancos.

Portanto, é bom ter presente que, do ponto de vista jurídico e fáctico não era novidade aquilo que constava do documento, que é um documento, repito, muito sintético e nem sequer...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Nós lemos.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Perdão?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A Comissão tem o documento.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não sabia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A Comissão conhece o documento.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não sabia que tinham.

Concordará que não é, sequer, um documento de particular profundidade jurídica, mas é claramente um *statement* que é feito pelo Sr. Coronel Luís Vieira e que eu registei. Disse-lhe: «Fica registada a sua posição, que já conhecia».

Isto sou eu a simular uma conversa que devo ter tido nestes termos: «Fica registada a sua posição, ela, de qualquer modo, já é bem conhecida».

O que sempre aconteceu, e não só no quadro desta reunião, mas, em geral, e especificamente no quadro posterior, que veio a acontecer a 20 de outubro, foi que a continuação de uma situação de conflito não fazia sentido nenhum. Era preciso as duas partes, neste caso, aparentemente desavindas, falarem. Daí a importância que sempre foi atribuída ao oficial de ligação que era o que, no fundo, fazia a ponte entre a investigação que fosse feita pela PJM e aquela que era conduzida essencialmente pelo Ministério Público e pela UNCT (Unidade Nacional Contra Terrorismo) da PJ.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, não houve nenhuma orientação da sua parte. É isso que podemos concluir do que acaba de nos dizer.

Outra questão: no dia 18, temos o comunicado. Numa declaração, na Comissão de Defesa Nacional, o senhor disse que a fonte de informação, quando foi recuperado o material, tinha sido um comunicado que era, aliás, público e de todos conhecido da PJM. Continuou depois dizendo que estava sob sua tutela, mas que não era diretor, etc.

No entanto, quando lhe foram pedidos esses esclarecimentos na Comissão de Defesa, não fez referência àquilo que hoje sabemos, nomeadamente que nessa mesma manhã, antes mesmo do comunicado, o Sr. Professor, como Ministro da Defesa, teve uma reunião com o Sr. Coronel Luís Vieira e que o seu gabinete participou na feitura desse comunicado. É assim, não é?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não é bem assim, Sr. Deputado.

Não sabia o que constava do comunicado quando falei com o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar. Essencialmente sabia que tinha sido recuperado o material na Chamusca. Não sabia as circunstâncias em que tal tinha ocorrido, nem precisava muito de saber, uma vez que o que foi claramente acordado foi que tinha de se dar a conhecer formalmente o teor e os termos em que essa recuperação tinha ocorrido.

Tanto assim que não tenho, creio, sequer a certeza de que no final vá ser a PJM a fazer o comunicado. Quando vejo, mais tarde, no comunicado — mas só vi francamente depois —, que foi recuperado todo o material militar, lembro-me de ter perguntado ao Chefe do Gabinete: «Mas foi recuperado todo? Não faltavam as balas, as famosas munições de 9 mm?»

A interpretação que posso fazer, ou melhor, posso fazer duas interpretações e dar um esclarecimento. Primeiro, não houve qualquer intenção de sonegar informação a propósito do que tinha sido recuperado, porque, no próprio dia, informação dada pela PJM, foi anunciado que faltavam as munições de 9 mm.

Portanto, a única interpretação, a partir deste facto que demonstra a boa-fé de não querer esconder o que quer que seja, e a única confirmação que tenho é a de que, provavelmente, em momento posterior ao da elaboração do comunicado, foi feita a conferência do material recuperado e verificou-se ou confirmou-se que as munições de 9 mm não existiam.

Finalmente, o meu gabinete não participou na redação do comunicado no sentido, creio, que o Sr. Deputado atribui à expressão. Participar significa fazer a duas mãos. Não foi isso que aconteceu. A única coisa que o meu gabinete fez, e tenho a certeza, repito, tenho a certeza disso, foi verificar se,

do ponto de vista da comunicação pública, o documento estava feito de forma satisfatória.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O meu ponto é que, de facto, não deixa de ser surpreendente que quem nos conta da participação do seu gabinete foi o Sr. Coronel Luís Vieira, quando aqui esteve, e que, na ata da Comissão de Defesa, V. Ex.^a, na altura, não relatou que tinha tido a informação através do Coronel Luís Vieira, que tinha reunido com ele nessa manhã e que tinha sido aí que soube do material recuperado. De resto, foi passada uma informação errada ao Sr. Primeiro-Ministro, já que ele veio congratular-se pela recuperação de todo o material, mas sabemos que não foi todo o material que foi recuperado.

Passamos a outro assunto: já o ouvi dizer, de alguma forma, que a sua memória não é muito perfeita em relação a esse momento e a esses acontecimentos. Pergunto-lhe, no entanto, quando é teve conhecimento do memorando que foi entregue — e já não estou a falar do de 4 de agosto, mas do de 20 de outubro — ao seu Chefe de Gabinete, General Martins Pereira, pelo Coronel Luís Vieira e pelo Major Vasco Brazão.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Como tive ocasião de dizer, não houve memorando nenhum, houve um documento apócrifo que, como me foi reportado pelo meu Chefe de Gabinete, foi apresentado como mero guião da reunião.

A minha memória não é má, Sr. Deputado! Se transmiti essa ideia, corrijo-a já. Tenho conhecimento, mais ou menos, contemporâneo da altura em que ocorre essa reunião, só não sei precisar exatamente se foi exatamente no dia 20. Mas há uma coisa de que tenho a certeza: fiquei confortado pelas declarações que li terem sido feitas pelo Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, sobre a tese de que tinha participado numa espécie de

conference call, a propósito deste assunto, tese essa que foi clarissimamente refutada. A ideia de que teria falado com o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, tendo omitido qualquer instrução, para cessar ou deixar de cessar, foi também completamente refutada, uma vez que, e fiquei contente porque estaria a *venire contra factum proprium*, não iria declarar ou confirmar se tinha ou não transmitido aquilo que o Diretor da Polícia Judiciária me transmitiu.

A conversa versou sobre aquilo que lhe disse a propósito da tomada de posição da ex-Procuradora-Geral da República. Portanto, a única coisa de que não tenho mesmo memória, e não tenho mesmo, é de ver o documento. Não tenho memória de ver o documento.

Nunca disse que não fui informado pelo meu Chefe de Gabinete. Aliás, tanto o disse que já esclareci os termos e aquilo que consistiu na súmula que fez para me informar sobre esse assunto.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Professor foi informado pelo seu Chefe de Gabinete que lhe disse: «Olhe, estão aqui o Sr. Coronel Luís Vieira e o Major Vasco Brazão que me trouxeram um papel que diz...». Ou seja, exatamente, de que é que o informou o Sr. General Martins Pereira?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não, Sr. Deputado, não foi isso que disse.

O Sr. General Martins Pereira não me transmitiu em direto o teor da conversa que estava a ter com os seus dois interlocutores. Aliás, acharia extraordinário que o fizesse, ou seja, que sujeitasse o Ministro da Defesa Nacional a, sem controlo dos interlocutores ou de quem estava a participar na conversa, transmitir-me informações desse teor.

Aquilo que disse, e repito, é que em momento posterior, no decurso do dia, ou no dia seguinte, mas isso é irrelevante, foi em momento, mais ou menos, contemporâneo, o Sr. General Martins Pereira me transmitiu aquilo que acabei de dizer.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O que é que foi que ele lhe transmitiu?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Transmitiu-me a existência de um informador, de um informador que não podia ser identificado e que, para esse efeito, em vez de ter sido feita uma chamada anónima, tinha sido feita uma chamada, de facto, anónima, mas para alguém da Polícia Judiciária Militar que estaria colocado — confesso que não percebi porquê — na margem sul.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. Professor, nessa altura, sabendo que tinham entregado um papel... Soube ou não que eles tinham entregado um papel?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não soube que tinham entregado um papel, até porque aquilo que me foi referido foi que se trataria de um guião de conversa que devia ser destruído para nunca permitir a identificação do informador.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas o seu Chefe de Gabinete não o destruiu! Que opinião é que me dá então sobre a atuação de um Chefe de Gabinete que esconde um documento e um papel desta importância, revelando Tancos, que não era propriamente, digo eu, para um Ministro da Defesa, um pormenor.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Aquilo que foi pedido ao Chefe de Gabinete foi que destruísse o papel. Aquilo que o Chefe Gabinete fez foi fotografar o papel, supondo eu que tenha destruído o registo físico, mas confesso que não desci a esse pormenor nas conversas que tive com o Sr. General Martins Pereira.

Vendo agora, com recuo, devo dizer-lhe, Sr. Deputado: ainda bem que o fotografou. Repito, ainda bem que fotografou, porque, considerando as versões que já circularam sobre memorandos, concluíos ou acordos com autores de furto de que teria conhecimento o Ministro da Defesa Nacional, devo dizer-lhe que não fico descontente por termos hoje esse registo fidedigno daquele documento que foi entregue e apresentado como mero guião de uma reunião.

Devo, aliás, dizer, porque é verdade, que, mesmo o Sr. General Martins Pereira, e tenho o Sr. General Martins Pereira como uma pessoa que foi leal, séria, competente, enquanto foi meu Chefe de Gabinete, nem ele próprio se lembrava que tinha nos seus registos o famoso documento. Foi, justamente e, talvez, porque isso tenha tido alguma influência, por eu ter insistido, de forma muito veemente, que ele foi fazer um varrimento completo e acabou por encontrar o documento nas circunstâncias que o Sr. Deputado conhece.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Professor, devo dizer-lhe uma coisa: o Sr. Professor há bocado usou a palavra «extraordinário» e eu digo que, de facto, é extraordinário. É extraordinário como é que um Chefe de Gabinete e até um Ministro da Defesa não têm memória exata de uma informação com esta relevância sobre o maior furto de armamento perigosíssimo que aconteceu no País. É extraordinário! Mas, pronto, vamos aceitar que assim seja!

Em segundo, Sr. Professor, tenho uma discordância consigo que é a seguinte: o Sr. Professor diz que «ainda bem que há o documento, porque o documento não revela nada de extraordinário».

Bom, o documento revela duas ou três coisas absolutamente extraordinárias: primeiro, o documento revela que havia um acordo, ao contrário do que disse, e esse acordo passava pelo informador, mas só podia envolver os assaltantes, não podia envolver mais ninguém diferente dos assaltantes; segundo, revela que houve uma simulação com uma chamada mandada fazer pela própria Polícia Judiciária Militar, o que será, no mínimo um comportamento criminoso; terceiro, revela, clarissimamente, que havia intenção de afastar quem tinha a competência, que era a Polícia Judiciária, do *dossier* e do processo.

Isto foi sabido pelo seu Chefe de Gabinete nesse dia. Os senhores continuaram em funções por mais um ano, depois disto. Portanto, o acordo está no documento e se o leu sabe que o acordo está no documento.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Qual é a pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A pergunta é: reconhece ou não que o acordo está no documento? Reconhece ou não que este documento revelava a gravidade do afastamento da Polícia Judiciária? Reconhece ou não que este documento revelava que houve uma atuação à margem da lei e criminal por parte de quem atuou desta forma?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, primeiro, que há uma atuação que vai contra aquela que era a determinação da Sr.^a Procuradora-Geral da República, há, com certeza.

Segundo, quanto à existência de um acordo essa é a sua interpretação e eu não considero que, legitimamente, se possa extrair da leitura um qualquer acordo com os autores do furto. Portanto, acho, no mínimo, ousada a sua interpretação e não consigo acompanhá-lo.

Terceiro, que revela a existência de um informador, que não quer ser identificado, disso não tenho a menor dúvida.

Indo agora, então, por partes: é bom ter presente que a 20 de outubro de 2017, e em circunstâncias que poderão vir a ser ainda desenvolvidas, o Ministro da Defesa Nacional já tem conhecimento da atuação da PJM ao arrepio daquelas que eram as regras determinadas pelo Ministério Público.

Portanto, esse não é um facto novo, não revela, porque o Ministro da Defesa Nacional já não ignora a circunstância que acabou de referir.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Permita-me só que lhe diga uma coisa: quando diz «ousada», eu talvez me atrevesse a ousar um bocadinho mais e ousar um bocadinho mais lendo-lhe uma frase deste documento, onde se diz: «sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que, se o acordo fosse quebrado, o material de Tancos desaparecia e a família do Major Brazão não terá descanso.»

Só que não era o informador que ia esconder o material nem era o informador que estaria a ameaçar a família do Major Brazão, portanto, para bom entendedor... Qualquer pessoa lendo isto, percebe que o acordo era com os assaltantes, como é evidente, e passava pelo informador. Portanto, não será tão ousado como isso.

O que pergunto ao ex-Ministro da Defesa é: sabendo isto, tendo conhecimento disto o que é que fez? Qual foi a sua ação? Como é que atuou? Que medidas tomou? Quem é que informou? O que é que fez?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Como já tive ocasião de dizer, eu não li, na altura, nem tive conhecimento direto e físico — não do memorando — do documento a que está a fazer referência.

Em segundo lugar, os elementos de que tive conhecimento, nessa altura, já os situei e já os descrevi.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E o que fez?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — O que fiz foi continuar a aguardar — era a expectativa na altura — para verificar se a Sr.^a Procuradora confirmava a intenção que tinha preanunciado de propor o início de um procedimento disciplinar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, não pediu esclarecimentos adicionais, não chamou o Sr. Diretor da PJM, não pediu para ter conhecimento deste documento, não houve nenhuma atuação deste tipo, não informou o Sr. Primeiro-Ministro, no Conselho de Ministros, uns dias depois, destes factos? Nada disto foi feito?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — O Conselho de Ministros foi no dia a seguir e, como tive ocasião de dizer, aquilo que, na altura, foi relevante na conversa que tive como Chefe de Gabinete foi o sentimento de grande receio que ele tinha pressentido junto dos seus dois interlocutores, a existência de um informador e de um informador que não podia ver a sua identidade revelada.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Como vimos, vai bastante para além disso mas, enfim, V. Ex.^a louvou-se aqui na competência e na lealdade

do Sr. General, portanto não posso insistir nisso, porque, realmente, a omissão dos factos não deixa de ser extraordinária.

Por outro lado, sabemos nós que, imediatamente quando isto aconteceu e tendo em atenção a ilegalidade que foi cometida, a Sr.^a ex-Procuradora-Geral da República, cujo papel e autoridade não será seguramente questionada, ter-lhe-á telefonado dando-lhe expressão de uma ou duas coisas: uma, que não conseguia falar com o Diretor da PJM e que este não lhe atendia o telefone; outra, a sua indignação por ver que a lei não estava a ser cumprida, que a PJ estava a ser afastada deste processo e que havia um comunicado à revelia, para além da questão de a PJ ter sido barrada, etc.

Na sequência desse telefonema – e a Sr.^a ex-Procuradora disse-nos aqui que lhe telefonou – o Sr. professor ter-lhe-á dito: «vamos ver, vamos ver...» e que não terá tido mais resposta.

Pergunto: o que é que fez na sequência desse telefonema, porque se não, mais uma vez, a sensação que temos é a mesma, ou seja, o Governo sabia, o Governo foi informado, o Governo percebeu o que estava em causa – e saber se o Sr. Primeiro-Ministro soube ou não essa é uma outra questão e teremos ocasião de inquirir o Sr. Primeiro-Ministro –, mas, aparentemente, nada foi feito. Qual é que foi a sua reação ao contacto e ao telefonema da Sr.^a ex-Procuradora-Geral da República?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — No essencial, aquilo que a Sr.^a Procuradora-Geral da República aqui declarou corresponde à verdade, ou seja, é a memória que tenho. O telefonema ocorre, penso eu, por volta da hora do almoço do dia 18, a Sr.^a Procuradora estava, digamos assim, bastante incomodada e transmitiu-me o seu desagrado com duas coisas: primeiro, a circunstância de não conseguir chegar à fala com o Diretor-Geral da PJM; segundo, o entendimento que ela tinha de que este resultado do

achamento e da recuperação do material militar na Chamusca tinha ocorrido com violação das regras que tinham sido determinadas no seu despacho de 4 de julho de 201. Significando isto que a Sr.^a ex-Procuradora-Geral da República considerava que estava configurada uma situação que levaria à instauração de um procedimento disciplinar.

Recordo-me que lhe disse: «Olhe, pronto, não tenho nada a contestar ao diagnóstico que faz. A Sr.^a Procuradora conduz a investigação, permito-me apelar à sua clemência, uma vez que seria um bocadinho estranho iniciarmos agora um procedimento disciplinar contra o representante de uma entidade que, embora ao arrepio das regras que a Sr.^a Procuradora estabeleceu, permitiu o achamento das armas de Tancos, etc... De todo o modo, se a Sr.^a Procuradora entende que é assim, pois terá de formalizar essa sua avaliação».

A partir daqui é que começa, penso, a relativa divergência: eu entendo que, em nenhuma circunstância, podia, com a informação de que dispunha, iniciar um procedimento disciplinar, não tenho competência para tal e com as minhas escassas competências jurídicas tenho a certeza de que o procedimento disciplinar colapsaria imediatamente, porque não sou eu que detenho a tutela funcional sobre a Polícia Judiciária Militar e a minha tese parece confortada naquilo que a Sr.^a ex-Procuradora, aliás, com muita lealdade disse nesta comissão de inquérito. Depois da conversa que tivemos no dia 18, solicitou ao Sr. Diretor do DCIAP que instrísse, através da elaboração de um memorando, o conjunto de fundamentos que, no seu entender, justificavam o início de um procedimento da natureza que acabei de referir.

Porém, Sr. Deputado, sucede uma coisa: esse memorando nunca chegou ao Ministério da Defesa Nacional. Ou seja, o elemento determinante, em termos de impulso, para o início desse procedimento disciplinar, digo-o hoje com o recuo e com a verificação que o tempo dá, infelizmente, nunca

foi enviado ao Ministério da Defesa Nacional e a Sr.^a ex-Procuradora explicou porquê nesta Comissão ao dizer que não foi enviado porque, entretanto, surgiu uma denúncia anónima que encarreirou a posição, neste caso, do Ministério Público para uma abordagem substancialmente diferente; não já de ilícito administrativo, que pudesse configurar uma sanção disciplinar, mas, sim, de ilícito criminal, tendo, então, sido determinada a instauração de um inquérito crime. Por outro lado, e estou a reproduzir aquilo que creio foi dito pela Sr.^a ex-Procuradora, considerando-se então, por razões de oportunidade, que não se enviaria o memorado ao Ministério da Defesa Nacional.

Portanto, o Ministro da Defesa Nacional, repito, não deixaria de iniciar um procedimento disciplinar como, aliás, fez noutra circunstância. Quando a definição dos pressupostos para a instauração de um procedimento disciplinar não cabe ao Ministro da Defesa ele está impedido de *motu proprio* e com base numa conversa telefónica, de iniciar um procedimento disciplinar – aliás, na minha modesta opinião, seria extraordinário que o viesse a fazer.

Portanto, não só eu desconheço a partir daí qual é a posição da Sr.^a ex-Procuradora sobre os factos que estivemos aqui a referir como interpreto, creio eu que legitimamente, que a Sr.^a ex-Procuradora tinha considerado não se justificar a instauração de um procedimento disciplinar.

Não creio que, de boa-fé, eu pudesse ter outro entendimento, até porque – e este aspeto é muito importante – a Sr.^a ex-Procuradora entendeu por bem nunca me informar sobre o andamento que estava a tomar a investigação, nomeadamente a decisão de iniciar um inquérito-crime.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Professor.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Professor Azeredo Lopes, agradeço as respostas que já deu e que são um contributo significativo para os trabalhos desta comissão.

Vou dividir esta minha intervenção em dois grandes grupos de perguntas, se me permite, sendo que um tem a ver com a gestão política do processo, uma avaliação dessa mesma gestão política, e um segundo grupo que tem vindo a incidir mais sobre questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados que me antecederam e que têm a ver com o crime, a recuperação e os meandros dessa mesma recuperação, permita-me a expressão.

Relativamente ao primeiro grupo de questões que queria colocar, gostaria de saber, Sr. Professor, como é que faz essa mesma avaliação da gestão política.

Demitiram-se dois tenentes-generais – o Tenente-General Menezes e o Tenente-General Calçada – e eu pergunto-lhe se foram estas demissões suficientes para não apurar mais responsabilidades. Ou, colocando a pergunta de outra forma: se estas demissões não tivessem ocorrido, o Sr. Ministro da Defesa Nacional, de então, teria ido mais longe no apuramento dessas mesmas responsabilidades? Sim ou não?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Eu não consigo é perceber a pergunta, Sr. Deputado. Desculpe!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A pergunta é simples, Sr. Professor.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional, o senhor foi confrontado com a demissão de dois tenentes-generais. Pergunto: na gestão política do processo de Tancos, em que ocorre um furto e têm de ser apuradas responsabilidades, essas duas demissões foram suficientes para esse mesmo apuramento de responsabilidades, ou foram indiferentes a esse apuramento de responsabilidades?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Agora percebi, obrigado. Desculpe, era limitação minha.

As demissões dos dois tenentes-generais que refere não foram devidas a um assumir de responsabilidades, tanto quanto sei.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, na sua lógica, foram indiferentes para o apuramento de responsabilidades.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não, não, não foi isso que eu disse!

As demissões não ocorreram por os senhores tenentes-generais terem assumido responsabilidades.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Eu sei disso, Sr. Professor!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Como estava a dizer, estava a fazer a associação entre a ideia de que era suficiente para apurar responsabilidades e a ideia de nunca ser suficiente nem insuficiente. Não era suficiente nem insuficiente, porque nenhuma das demissões em causa foi motivada por um assumir próprio de responsabilidades.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Professor, nós sabemos disso. Não há assunção de responsabilidade por parte destes tenentes-generais. A questão é saber se essas duas demissões satisfizeram ou não o Ministro da Defesa Nacional, no que diz respeito ao apuramento de responsabilidades, ou entendeu que o que tinha de ser feito, do ponto de vista do apuramento de responsabilidades do que aconteceu em Tancos, ficou-se pelo cabo, pelo soldado e pelo praça que foram responsabilizados?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Peço desculpa pela insistência, mas não posso estabelecer como consequência um pressuposto que não existe. Se o pressuposto é que houve dois tenentes-generais que, assumindo responsabilidades, se demitiram ou pediram para ser exonerados, vamos, talvez, poupar-nos a esses pormenores, nenhuma dessas demissões resultou de um assumir próprio de responsabilidades, mas sim, aparentemente, de uma expressão de discordância em relação a uma decisão tomada pelo Chefe de Estado-Maior do Exército.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Professor, enquanto Ministro da Defesa Nacional, considera que fez uma gestão impecável do processo, do ponto de vista de gestão política? É isto? Não demitiu quem deveria ter demitido na devida altura e, provavelmente, causou a demissão a dois ou três de tenentes-generais, com um problema de recursos à vista de toda a gente.

Por isso, a pergunta é a seguinte: como avalia, hoje, essa gestão política feita na altura?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sobre a avaliação da gestão política, é a pior pergunta que pode fazer-se ao próprio ator. Portanto, ou entro numa lógica penitencial, de tipo chinês, ou então vou dizer que estou satisfeito com a gestão que fiz. Peço desculpa, mas está a pedir-me uma resposta impossível, que é meramente opinativa para, ainda por cima, ser juiz em causa própria.

Mas posso responder de outra forma, glosando, aliás, uma pergunta que o Sr. Deputado, noutras circunstâncias, muitas vezes me colocou: «Por que razão não demiti...». Recorda-se? Desde o Chefe de Estado-Maior do Exército, os generais, etc... Essa é uma questão que, agora, posso expor mais livremente. É verdade! Posso expô-la porque, quando ocorre o furto, a

primeira pergunta que faço a mim próprio é: «No organograma de comandos, quem tem responsabilidade máxima pelos paióis e pelas condições dos paióis?». A resposta é: o Comandante das Forças Terrestres e o Comandante da Logística. Num mundo perfeito, estavam encontrados aqueles que imediatamente, no mínimo, na minha opinião, deviam ter posto o lugar à disposição.

Como sabe, não tenho competência para demitir comandantes, embora haja quem considere que sim, que tenho uma influência tão extraordinária que até isso conseguia. Tinha a noção exata de que, se isso tivesse acontecido, a seguir era óbvio, penso eu, que o Sr. General Rovisco Duarte também se sentiria, com certeza, em solidariedade, obrigado a apresentar a demissão, algo que sempre contestei.

Mantenho essa decisão, pois se tivesse começado pelo Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, fingia que, em baixo, não havia responsabilidades imediatas e claras que deviam ser assumidas. Estamos a falar de uma altura em que nem sequer conhecia ainda plenamente o acervo documental que mais demonstrava isto. Há documentos, como sabe, estou aqui a falar de documentos que esta comissão, com certeza, tem ao seu dispor, que demonstram que, em 2015, pessoalmente, cada um destes comandos sabia das circunstâncias lastimosas em que estava Tancos.

Portanto, num mundo ideal, em que não tivesse havido a demissão já de um Chefe do Estado-Maior do Exército, em que tivéssemos um número suficiente de tenentes-generais, em que as coisas ocorressem com lisura e hombridade, havia dois comandantes que tinham apresentado a sua imediata demissão, havia uma consequência que considero como sendo mais ou menos inevitável, ou seja, o facto de essa demissão poder ser também acompanhada pela do Chefe do Estado-Maior do Exército e, depois, se veria.

Mas, como sabe, não foi isso que aconteceu. Não foi isso que aconteceu! Por isso, há aqui uma decisão política.

Vozes inaudíveis.

Claro que há! Posso explicá-la. A decisão política é a de um Ministro que decide, a partir daí, assumir uma responsabilidade e um protagonismo nesta questão que, porventura, não era o seu, justamente para proteger o Exército de uma «decapitação» que seria absolutamente inevitável.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E que veio a ocorrer! O resultado está à vista. Foi a saída de três tenentes-generais.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Quem foram os três tenentes-generais que saíram?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), o Rovisco Duarte,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não é tenente-general!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — o Menezes e o Calçada...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — É General, peço desculpa. Sim, saíram. Peço desculpa, eu é que falei em tenente-general.

Sim, é verdade, sim senhor, mas saiu à beira do fim do mandato. Dos outros tenentes-generais, um deles não saiu, outros dois saíram pelas razões que invocaram. São questões um pouco diferentes. A decisão política também não pode ficar dependente do bem-querer ou do malquerer de alguns tenentes-generais relativamente a decisões do seu chefe militar.

Isto permite-me reparar um silêncio em relação às diferentes vezes em que o Sr. Deputado me perguntava por que razão ficávamos sempre pela arraia-miúda. É gratificante, para mim, ter a possibilidade de explicar um pouco aquilo que, na altura, determinou o meu silêncio sobre o assunto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Os resultados foram o que foram e a realidade veio a demonstrá-lo. Naturalmente, na nossa opinião, era necessário o apuramento dessas responsabilidades.

O Chefe de Estado-Maior do Exército de então, Rovisco Duarte, disse, nesta comissão, que na altura não tinha confiança no comandante das Forças Terrestres. Pergunto-lhe se isso foi comunicado e se fez alguma coisa relativamente a este assunto.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Professor, enquanto Ministro, alguma vez percecionou a guerra interna que se vivia do ponto de vista do Conselho de Chefes?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, bastava-me estar inscrito no *Facebook*.

Risos do Deputado do PCP Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E sentiu que nada podia fazer relativamente a essa matéria?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, normalmente tenho aquele condão raro de ser acusado por uma coisa e pelo

seu contrário. Se tivesse tido uma intervenção, seria acusado de interferência; se não tivesse tido intervenção, seria acusado de omissão culposa.

É bom que nos decidamos quanto ao papel do Ministro da Defesa Nacional, ainda que, num caso que, a meu ver, ultrapassou todos os limites da decência e da falta de lealdade, tenha feito uma declaração pública sobre um determinado *post* de generais muito ativos no *Facebook*.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Professor, mas o Comandante das Forças Terrestres, salvo erro, é nomeado pelo Governo, sob proposta dos chefes. Tendo sido nomeado, poderia ter sido exonerado, portanto havia instrumentos para intervenção por parte do poder político relativamente a um problema que estava constituído.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Exonerá-lo por causa do *post* no *Facebook*?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O *post*, para mim, é absolutamente indiferente.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Ah, desculpe!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exonerá-lo por causa do que aconteceu, claro.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, é bom termos noção... Mais uma vez, peço o cuidado de termos noção do tempo. Estamos a falar em 2019, depois de uma investigação como terá havido poucas. O tempo a que está a referir-se é um tempo de horas ou de dias, as demissões que invoca ocorrem num contexto particularmente atribulado de

dias, em que, por exemplo, não tenho de todo conhecimento — nem tinha de ter — daquilo que, no fundo, com elaboração das medidas que o Governo estava a obrigado... E isso, porque tive o cuidado de ler os documentos, que são particularmente esclarecedores para cristalizar no tempo.

Em 2015, antes da entrada em funções deste Governo, havia um conhecimento aprofundado de dois comandos sobre a situação em que se encontrava Tancos. Isso, para mim, era suficiente, só que eu vim a saber disso depois. Portanto, o que estamos a discutir, na altura, é a posição do Governo sobre o furto de Tancos.

Ao contrário do que, inacreditavelmente, fui lendo, a posição sempre foi a de que aquela era uma situação particularmente grave. Aliás, a expressão «grave» fui eu quem primeiro a utilizou — não o reivindico —, fui eu quem colocou a baliza e o *standard* da forma como o Governo considerava este assunto, no dia imediatamente a seguir a ter conhecimento do furto de Tancos.

Tomei conhecimento, quando aterrei em Bruxelas, ao chegar a uma reunião da NATO. Sei que há um telefonema urgente do Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército que me diz: «Aconteceu. Verificámos a existência de um furto em Tancos, nos Paióis Nacionais»; eu disse: «É importantíssimo, veja lá o que aconteceu e depois mantenha-me informado».

Não sei dizer se falámos de noite, provavelmente sim, mas sei que, depois, tenho a reunião ministerial da NATO e, ao sair, evidentemente e como é absolutamente compreensível, a imprensa coloca estas questões. Eu sou o primeiro a qualificar e não a branquear, não a desvalorizar o furto de Tancos e a dizer que a simples circunstância do furto em Tancos era algo de muito grave.

Peço desculpa por me alongar, Sr. Presidente. Há algo que queria, também, deixar claro. Quando falamos de Tancos, podemos ser desonestos intelectualmente e falar das diferentes camadas de gravidade como se fossem

coisas iguais. Não são! Vejo aqui vários níveis e a circunstância de existir um furto em paióis nacionais é automaticamente grave, nem que fosse para roubar um parafuso, passo o exagero, como é evidente, que é para, no limite, não dizerem que disse que se fosse um parafuso... Agora vou ter de ter mais cuidado na forma como falo em português.

Em segundo lugar, a nível de gravidade, o facto de poder existir um furto em paióis nacionais é grave, é uma falha de segurança grave — este é o nível 1. Nível 2: o que foi furtado e aqui entramos numa análise mais substantiva. Nível 3: que tipo de participação houve e já estamos numa área que é tanto de disciplina militar, como, a jusante, de investigação criminal. Nível 4 — verifica-se que elementos encarregados da investigação criminal não atuaram e, então, entramos num outro nível completamente diferente.

Se quiser ser desonesto intelectualmente vai dizer que, do princípio ao fim, é tudo Tancos, mas não é! Temos o dever de ir dizendo, com clareza, do que estamos a falar. Recordá-se, com toda a certeza, quando foi discutido, se os LAW (*Light anti-tank Weapon*) estavam ou não obsoletos.

Eu defendo que se estavam obsoletos, se não podiam ser utilizados e, sendo utilizados, o mais provável era que explodissem em quem os quisesse utilizar, este facto diminui a gravidade da potencial utilização criminosa daquele material.

Portanto, quando é possível demonstrar documentalmente e não opinativamente — há documentos que constam do dossiê que foi entregue — que, desse ponto de vista, felizmente, o que era considerado uma parcela muito relevante e de especial perigosidade do material de guerra furtado não era utilizável, a não ser com risco grave para quem o utilizasse, tenho o direito e o dever de acentuar que, felizmente, do ponto de vista da perigosidade para a segurança das pessoas e para a segurança nacional, esse elemento é relevante. Isto não é diminuir a gravidade da existência do furto,

é diminuir a gravidade potencial da utilização do material de guerra em causa.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Partilhamos da sua opinião. Há um antes de Tancos, que são as condições objetivas que aquele paiol nacional tinha e o facto de se ter chegado àquela situação, que tem, também, de ter um momento de avaliação por parte desta comissão. Depois, temos uma avaliação do que foi o furto e temos uma avaliação pós-furto.

Relativamente ao pós-furto, tenho um segundo bloco de perguntas que queria colocar-lhe. Sr. Professor, a determinada altura, referiu a reunião de 4 de julho em Tancos. Quem é que a convocou e qual foi o objetivo dessa reunião realizada em Tancos e em que, salvo erro, participou também o Sr. Professor, enquanto Ministro, e o Presidente da República?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A reunião em Tancos resultou de ter falado com o Sr. Presidente e de ele considerar que devia ir a Tancos. Terá sido uma combinação... Dissemos que íamos marcar. Terá sido marcada três, quatro dias antes... Três dias antes, imagino eu. Foi imediatamente a seguir à verificação do furto que o Sr. Presidente considerou, e muito bem, que era importante irmos a Tancos.

Portanto, a reunião ficou marcada, não posso jurar se terá sido na terça-feira, para 4 de julho.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Tanto quanto sabemos, nessa reunião, foram proferidas algumas afirmações de preocupação da PJM quanto à discussão das competências em torno dessa investigação.

De que é que se recorda relativamente a essa mesma reunião?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Recordo-me, de facto, de o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar dar conta do seu incómodo relativamente ao que considerava ser uma decisão discutível da então Sr.^a Procuradora-Geral da República.

Acho que, essencialmente, foi isto. Estamos a falar, precisamente, do dia em que foi divulgado o comunicado da Procuradoria-Geral da República. Penso que ainda não tinha sido na altura, pelo menos, não me lembro de o ter conhecido antes dessa reunião.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Confirma que, nessa mesma reunião, o Presidente da República se teria comprometido em falar com a PGR e, tanto quanto sabemos, que o Sr. Ministro da Defesa Nacional se teria comprometido em falar com a Sr.^a Ministra da Justiça sobre esta matéria?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Eu?! Que eu tinha assumido o compromisso de falar com a Ministra da Justiça?!

Acho que há aí um lapso, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Foi o que nos foi transmitido.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não creio que tenha sido isso que foi transmitido, Sr. Deputado. Sem querer insistir, creio que foi um bocadinho diferente.

Mas não interessa, tanto quanto sei, o Sr. Coronel Vieira terá afirmado que o Sr. Presidente teria expressado essa opinião. Há uma coisa que posso garantir: o Sr. Presidente da República nunca me pediu, nem suscitou a questão de eu falar com a Sr.^a Ministra da Justiça sobre esse assunto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não foi isso que eu disse. O que disse foi que nessa reunião terão sido proferidas declarações no sentido de o Presidente da República falar com a PGR e que o Sr. Professor, enquanto Ministro, se teria comprometido em falar com a Ministra da Justiça. Foi isso que nos foi transmitido. E que o terá feito de livre vontade, ou seja, ninguém lhe pediu para... Foi o que foi expresso nessa reunião.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Quem é que afirmou isso, Sr. Deputado? Se posso perguntar, como é evidente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Pode. O Diretor da PJM referiu o teor dessa conversa, se a memória não me falha em relação às declarações que ele proferiu nesta Comissão.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não posso jurar, mas, se for aquilo que li nos jornais, creio que a memória lhe falha. Isto porque aquilo que li foi que o Sr. Presidente da República teria dito que iria eventualmente falar à Sr.^a Procuradora-Geral da República e sugerir ao Ministro da Defesa que falasse com a Sr.^a Ministra da Justiça.

Era bom verificarmos isso. Mas posso dizer que não assumi nenhum compromisso para falar com a Ministra da Justiça. Aliás, isso é algo que, a mim, me causa um bocadinho de espécie, porque a ideia de o Ministro da Defesa falar à Ministra da Justiça — estou a pensar do ponto de vista muito pragmático da questão da eficiência — para ela falar à Procuradora-Geral da República...?! Para reverter uma decisão?! Percebe o que quero dizer?

Não tenho memória, não me lembro, de todo, de o Sr. Presidente da República ter dito isso. Posso garantir-lhe que o Sr. Presidente da República nunca suscitou, perante mim, essa questão. Mas pedia-lhe que verificasse se

isso foi afirmado, ou seja, que eu teria dito que ia falar com a Sr.^a Ministra da Justiça.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Disse, em resposta a um outro Deputado, não me recordo qual, que a 18 de outubro de 2017 tomou conhecimento da recuperação do material furtado. Não soube absolutamente nada antes da recuperação sobre as investigações em curso por parte da PJM? Não teve acesso a nenhuma informação relevante antes dessa recuperação?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A 20 de outubro, diz que foi informado, permita-me a redundância, sobre o informador e a questão da chamada, na margem sul, para o piquete da PJM. Esta informação que o Sr. Professor diz que recebeu, mais ou menos, por volta do dia 20 de outubro, não lhe suscitou dúvidas?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Dúvidas de quê, Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Professor tem vastíssima experiência e tem conhecimentos de Direito bastante vastos. Sabe que, na altura...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Já percebi o sentido da pergunta, Sr. Deputado. Mas a minha vastíssima experiência ainda não me faz ter o dom da clarividência.

As dúvidas foram poucas, embora isto não signifique nada de muito positivo. Primeiro aspeto: já o conhecia, já sabia isso, mas confirmou-se, de

facto, que a PJM não tinha seguido as regras determinadas pela Sr.^a Procuradora.

Já procurei explicar porque é que era algo que — aliás, é interessante vermos isso situando-o no tempo — quem tiver feito aquele documento não podia saber. Não podia saber porque não andei a dizer aos quatro ventos que tinha recebido um telefonema da Sr.^a Procuradora-Geral da República.

Portanto, quem fez aquele documento não sabia, não podia saber que a Sr.^a Procuradora já me tinha dado a conhecer a sua posição muito clara sobre este assunto.

Em segundo lugar, não tendo dúvidas sobre esse aspeto, continuei à espera que houvesse extração formal daquilo que tinha sido a conversa que tive o gosto de ter com a Sr.^a Procuradora-Geral da República. Não tive dúvidas também sobre a existência de um informador.

Mas, cuidado! Porque, quando falamos do informador estamos a falar de informador e não de acordo com autores de furto, de simulação da existência do informador. Senão, teríamos de chegar à conclusão que, de cada vez que houver uma situação que envolva investigação criminal com informador, estamos a falar de encobrimento!?! Não estamos com toda a certeza.

E, havendo um informador, nunca vi uma polícia normal a dar a conhecer a existência dele. Nunca vi! Minto, minto e minto com grande pena! Porque, infelizmente, no processo das messes da Força Aérea, chegou à imprensa e achei isso absolutamente lamentável. Houve alguém que teve a coragem de denunciar a quem de direito uma determinada situação e muito infelizmente, muito lamentavelmente essa pessoa foi exposta publicamente. Percebe?

Se achei anormal e muito mau o que aconteceu nesse processo e, oiça, atendi a esse processo porque foi aquele que contendia com a minha área de

governança, mas espero que não haja muitos casos desses. Suponho que a regra, quando existe um informador, é a de que ele não seja divulgado.

Um exemplo que, aliás, pode considerar abusivo, mas não é, nem é malicioso: sabemos que estes factos foram essencialmente conhecidos pela Procuradoria e pelo Ministério Público, com base numa denúncia anónima. Se tivesse sido um informador a dar essa informação? É ilegítimo?

Não, não é ilegítimo! De todo! Portanto, não podemos deixar de olhar, infelizmente, e a poder ser verdade o que neste momento é invocado sobre a forma como foi recuperado o material militar, é impossível dissociarmos o conceito de informador, de simulação, de acordo com autores de furto, etc.

Mas quando a informação me foi transmitida foi estritamente no quadro de um *modus operandi*.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Professor, a pergunta é clara e é a que, embora desta forma não tenha sido colocada, é o objetivo da Comissão e que é para saber se o Governo de alguma forma direta ou indireta pactuou com uma investigação ilegal em curso.

Queria pedir-lhe a máxima direção na sua resposta. Disse-nos que recebeu uma chamada da PGR, pergunto-lhe se, nessa altura, ficou claro que o Ministério Público já sabia da ilegalidade da investigação em curso e se alguma vez sentiu, neste momento e observando, que falhou no dever, na obrigação que, como membro do Governo, tinha de reportar ao Ministério Público alguma ilegalidade que detetasse e que o Ministério Público não soubesse. Se sabe que o Ministério Público sabe, é óbvio que não tem de reportar nada, porque já está.

Pergunto-lhe se acha que faltou a esse dever que é um dever fundamental de qualquer pessoa e nomeadamente de um membro do Governo face a uma investigação que é gravíssima, porque foge claramente àquilo que é o normal funcionamento do Estado de direito democrático.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Olhe, Sr. Deputado, tenho uma relação muito tranquila e serena com a autoridade do Ministério Público. Tenho uma relação muito tranquila e muito serena com o princípio da separação de poderes. Aliás, não é princípio da separação de poderes, é princípio da separação e interdependência dos poderes. Isto para sermos um bocadinho mais precisos naquilo que dizemos, porque, muitas vezes, achamos que a separação é uma espécie de casulos sociais que existem, sem que os poderes possam falar entre si.

Tenho, em terceiro lugar, um património que exprimo, sem qualquer espanto, de, nos anos em que estive em funções públicas, sempre ter sido até um bocadinho excessivo, às vezes, reconheço, na comunicação e na denúncia ao Ministério Público de factos que contendam com aquilo que pode representar a prática de um ilícito criminal.

Portanto, desde o setor empresarial do Estado, desde questões internas que não interessa estar agora a convocar, como se fossem penachos, tenho um historial que, admito, como alguns amigos me dizem, pode ser um bocadinho excessivo. Não é desconfiado, mas é um bocadinho excessivo.

Isto porque considero que mais vale pecar por excesso do que pecar por defeito nestas situações. Não para proteção do titular do órgão em causa, mas porque realmente é assim que as coisas devem funcionar.

Portanto, tivesse eu percebido, para além desta ilegalidade, que de facto o é, mas já verificada pela Sr.^a Procuradora, há aqui um elemento que é crucial: não vou, evidentemente, pôr-me a discorrer sobre se teria sido positivo a Sr.^a Procuradora dar-me a conhecer a existência do inquérito-crime. Não vou. É muito fácil...

Se peço que não façam comigo uma espécie de *rewind* para fazer uma leitura atualista daquilo que eram comportamentos não exigíveis no passado, não vou fazer o mesmo evidentemente àquilo que acho que a Sr.^a

Procuradora tinha o direito de fazer que era informar-me da existência de um inquérito-crime.

Acho que a posição do Governo, infelizmente, é muito demonstrativa do total desconhecimento dos factos que vieram a ser conhecidos, porque justamente a perceção que ficava era de um conflito não resolvido entre polícias que prejudicava a investigação criminal.

Portanto, se me perguntar se hoje teria dito ou insistido, como insisti em relação à importância de se avançar na determinação de quem são os responsáveis, se soubesse o que estava em causa, talvez tivesse serenamente esperado que estes processos que, aparentemente, decorreram em paralelo se concluíssem. Compreende?

Acho que é absolutamente óbvio em termos de comunicação, de tomadas de posição do Governo e não só do Governo, que estávamos realmente convencidos de que era importante avançar na investigação criminal. Leia-se: no apuramento sobre quais eram os responsáveis pela autoria do furto.

É isso que lhe posso dizer. Falo por mim e, se falo por mim, por maioria de razão, falo pelo Governo, porque eu, por razões evidentes, tive sempre mais conhecimento direto destes factos do que, evidentemente, qualquer outro colega e mesmo do que o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata através da Sr.^a Deputada Berta Cabral a quem dou, de imediato, a palavra.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Ministro...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Já não sou!

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Ex-Ministro...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Fica-lhe bem, Sr.^a Deputada, mas já não sou Ministro.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Ex-Ministro, vamos ter novamente estas confusões, mas, certamente, não nos levará a mal já que foi Ministro durante algum tempo e estamos a tratar aqui assuntos que ocorreram durante o seu mandato.

Gostaria de voltar à questão da gestão política de alguns dossiês. De facto, no seu mandato, houve um conjunto de situações com repercussões negativas nas Forças Armadas. Só para citar algumas que também foram referidas nesta Comissão de Inquérito: falo da questão do episódio do Colégio Militar e da demissão do General CEME, na altura, do General Jerónimo; a questão do curso dos Comandos; o furto de Tancos e o aparecimento do material de guerra furtado desses paióis.

Convenhamos que todos estes episódios deram e trouxeram grande intranquilidade às Forças Armadas e alguns deles, até, abriram feridas difíceis de sarar.

Este último episódio, o aparecimento do material de guerra, deveria ser aquele que deveria contribuir para sarar essas feridas e é exatamente aquele que ainda abre mais feridas e aquele que acabou por levar à demissão quer do Sr. Ministro quer, depois, do General CEME, na altura, Rovisco Duarte.

Portanto, a primeira questão que queria colocar-lhe e que, de alguma maneira, já lhe foi colocada é a seguinte: considera o ex-Sr. Ministro que fez uma boa gestão política destas situações e que seriam ou não evitáveis, pelo menos, algumas repercussões de tudo aquilo que foi dito, falado e ventilado

na comunicação social, muitas vezes sem necessidade e sem o recato que, normalmente, existe quando se trata de questões de Defesa?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Suponho – e não sei qual é a pergunta, que não deve ser, seguramente, para eu me autoavaliar outra vez – que a Sr.^a Deputada esteja à espera que eu refira cada um dos exemplos que deu?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Eu quero saber qual o entendimento do Sr. Ministro voltando atrás, porque quando se vê as situações, com algum distanciamento, pode fazer-se um julgamento objetivo do que foi o comportamento da altura.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Primeiro, se me permite, um ponto de ordem: eu não sou capaz de fazer uma amálgama entre aquilo que designa como episódios. Isto não são episódios! Eu não consigo falar do Colégio Militar como falo do caso das mortes no Regimento de Comandos e eu não consigo falar das mortes no caso do Regimento de Comandos como falo do furto de Tancos, como não consigo falar nos mesmos termos da recuperação.

Mas, indo pela ordem, aquilo que designa como episódio do Colégio Militar não é um episódio; é uma violação de direitos fundamentais de crianças! É bom que se diga, para não começarmos aqui a discutir se eu falei com o General Jerónimo, se não falei, que é uma coisa que tem ocupado muita gente, que nós estamos a falar, para situar a questão, na violação de direitos fundamentais de crianças.

E estamos a falar, porquê? Porque um responsável do Colégio Militar, com pouco recato, para utilizar uma expressão que lhe é tão cara, aparentemente, com muito pouco recato, mas, felizmente, que o fez, veio

enunciar, publicamente, aquela que era a prática do Colégio Militar – aliás, com grande facilidade — associando roubos, droga e homossexualidade. Para ser «o três em um», aquilo que podia ser mau foi ainda pior.

Portanto, não é um episódio. É uma instituição militar onde se espera que os responsáveis, mais até do que outros, protejam a parte mais fraca e não venham dizer, relativamente a quem demonstrar, e vou utilizar a expressão da altura, afetos considerados reprováveis, que os pais são chamados para a criança ser afastada do Colégio.

Portanto, o episódio foi este, Sr.^a Deputada! E não foi preciso o Bloco de Esquerda chamar a atenção...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O episódio foi a demissão do General CEME.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Pois, mas é que o episódio com o ex-General CEME não é compreensível se a primeira premissa não for aceite e prefiro acreditar que a Sr.^a Deputada não a contesta, porque o meu diagnóstico é objetivo e posso, se quiser, demonstrá-lo.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não sou eu que estou a ser inquirida, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Pois, não está, mas para eu poder responder – e acho que concorda comigo – com justiça, tenho de lhe dizer, com toda a lealdade, qual foi o diagnóstico, que eu ainda não vi, esteja descansada, ninguém contestá-lo. Essa é que é a verdade.

Agora, é muito diferente quando nós começamos a análise a saber se falei ou não falei com o ex-General CEME, ou se começamos a história onde ela tem de ser começada.

Feito este pequeno reparo, não consigo vislumbrar onde é que este episódio foi tratado com pouco recato. Concordo consigo. Concordo consigo em que é preciso recato, quando estamos a falar de questões sensíveis, quando estamos a falar de uma instituição muito antiga; agora, a questão é que eu solicitei a quem referiu que tomasse uma posição.

Esperei um dia, esperei dois, esperei três e ao quarto o ministro da Defesa Nacional sentiu-se obrigado a dizer que não acompanhava, que não podia aceitar qualquer forma de discriminação quanto à orientação sexual.

Far-me-á justiça, se tem memória, e tenho a certeza que tem uma excelente memória, de que no comunicado nunca ataquei diretamente o Exército ou os seus responsáveis.

Agora o recato pode ser muito. Mas o recato, quando alguém que é um dos titulares de um órgão de soberania fica calado sobre questões destas, deixa de ser recato e passa a ser uma coisa menos confortável, passa a ser outra coisa, a meu ver, do ponto de vista da cidadania, não aceitável. E tanto assim é que, como se pode verificar, pode concordar-se se sim, se não, se, realmente, isso implica discriminação, se há prática de discriminação, mas o que ninguém discutirá é que a questão do Colégio Militar foi enfrentada sem causar feridas, com a alteração das normas regulamentares internas e, tanto quanto sei, nunca mais ninguém falou deste assunto. Nunca mais ninguém falou deste assunto, o que significa que, com recato ou sem recato, a solução não terá sido assim tão má.

O segundo episódio que refere é um episódio que implicou a morte de dois jovens.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Tire o ar de superioridade! Já era assim na Defesa!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A questão que se coloca aqui é uma questão difícil. Nunca tinha havido um inquérito que apurasse responsabilidades em situações desta natureza. Nunca!

Não vou convocar casos passados, que não justificam isso; a única orientação que foi transmitida, e nem sequer foi preciso transmiti-la, foi intuída, era a de que, neste caso, eu garantia que se ia até ao fim. Com pleno respeito por todas as regras, as garantias de defesa, o Exército não podia deixar de enfrentar uma questão em que dois jovens tinham morrido em circunstâncias que tinham de ser apuradas. Mais nada! E foram apuradas!

Portanto, o episódio terá tido pouco recato, porque, infelizmente, é possível que tenha havido setores do Exército que não queriam que fosse feito um inquérito até ao fim. Mas, esse é outro ponto que tenho como, absoluta e categoricamente, fazendo parte das minhas convicções.

Em terceiro lugar, há uma coisa que é verdadeira: a sucessão destes casos deve ser, infelizmente, do ponto de vista probabilístico, muito baixa. Pronto. Colégio Militar...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Ou não!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Pois, mas a obrigação do responsável político não é lamentar-se; é ter a coragem de enfrentar, sendo sua capacidade, naquilo que é da sua esfera de competência, aquilo que está perante si como dificuldade.

Podia também falar-lhe do acidente que vitimou os elementos da força aérea... É assim! As coisas são como são e, perante a situação que está perante nós, temos o dever de procurar agir.

A questão menos importante onde estão em causa questões fundamentais, como a proibição da discriminação, ou questões, como a morte de dois jovens, ou questões, como o apuramento de responsabilidades

a propósito de um furto, na minha opinião, é de que as feridas podem existir, mas a prevenção de feridas não dispensa, em nenhuma circunstância, o responsável político de atuar em conformidade com aquele que é o seu dever.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Obrigada, Sr. Ministro, mas também não dispensa naturalmente o responsável político de fazer uma boa gestão política dessas situações.

Vamos, então, à questão do desaparecimento e do aparecimento do material de guerra. O Coronel Luís Vieira nesta Comissão de Inquérito disse que esteve como Sr. Ministro no dia 3 de julho de 2017, voltou a estar a 4 de julho – como aqui já foi referido – nos Paióis Nacionais de Tancos, voltou a estar no dia 4 de agosto e deixou uma informação timbrada e assinada e disse-nos também aqui que o Sr. Ministro da Defesa, da altura, deu instruções ao seu Chefe de Gabinete, perante ele, para fazer fechar esse memorando ao Primeiro-Ministro.

Pergunto: na altura, o Sr. Professor, enquanto ministro da Defesa, fez chegar esse memorando ao Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Obrigado, pela sua pergunta.

Sr.^a Deputada, a 3 de julho, se não me falha a memória, não estive com o Sr. Coronel. Estou a reportar-me ao que ele disse... Que me terá telefonado ou uma coisa deste género.

A 4 de julho estive com o Sr. Coronel, assim como mais ou menos 20 ou 30 pessoas na reunião em Tancos, incluindo as chefias militares e o Sr. Presidente da República, e a 4 de agosto, como lhe disse – e disse-o com toda a serenidade – não tendo memória disso, fui ver a agenda e, felizmente, estava lá essa referência, sendo que eu, aliás, não poria em causa a informação dada pelo Sr. Coronel.

Sobre se ia informar ou não o Sr. Primeiro-Ministro daquele memorando, não faço a menor ideia até porque, evidentemente, o Sr. Primeiro-Ministro tinha conhecimento, por mim, de que havia uma divergência entre as polícias a propósito desta matéria e, se não fosse por mim, se havia matéria que estava a ser absolutamente glosada na comunicação social era esta – há, aliás, um título de uma peça que refere «Primeiro-ministro pacifica polícias» que indicia que só quem não estivesse neste mundo é que não tinha consciência plena das divergências que, na altura, opunham... Bom, opunham, aparentemente, apenas no plano dos princípios e da tese, porque estávamos a 4 de agosto e aquela ideia de que se descobriu a pólvora em 4 de agosto e que ficámos todos estarrecidos a saber que havia uma divergência entre polícias não corresponde, pura e simplesmente, à verdade.

Aliás, eu confesso-lhe, *mea culpa*, que fui agora reler o texto desse memorando e é um memorando juridicamente enxuto, pouco desenvolvido onde se reitera a questão da competência, do crime de natureza estritamente militar, do artigo 113.º do Código de Justiça Militar, e, por aí adiante.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Professor, a verdade é que aquele memorando é, no fundo, para lhe transmitir que a Polícia Judiciária Militar não concorda com o despacho da Procuradora-Geral da República e também para transmitir ao Sr. Primeiro-Ministro essa mesma posição e foi isso que levou a que a Polícia Judiciária Militar continuasse a investigar este processo, em paralelo com a Polícia Judiciária em vez de prestar a colaboração, como estava previsto no despacho da Procuradora.

O que lhe pergunto é o seguinte: que orientações deu ao Sr. Coronel Luís Vieira quando percebeu que aquele memorando era a forma de ele lhe transmitir que não concordava e que, portanto, que ia continuar a investigar?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Obrigado, pela sua pergunta.

Eu não consigo ver naquele memorando qualquer declaração do Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar a anunciar, direta ou indiretamente, que vai continuar uma investigação ilegal e paralela.

Se a Sr.^a Deputada me poder indicar no memorando onde é que isso está...?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Professor, é óbvio que não se faz um memorando só por fazer, um *statement*; ele queria justificar que a Polícia Judiciária Militar devia continuar com o processo de investigação.

É óbvio que todos nós chegámos a essa conclusão, a comunicação social chegou a essa conclusão, mas o Sr. Ministro, na altura, não chegou a essa conclusão e o Sr. Primeiro-Ministro também não chegou a essa conclusão.

Já agora, pergunto-lhe: que conversas teve com o Sr. Primeiro-Ministro sobre esse memorando?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Que me recorde nenhuma. Como lhe disse, falei ao Sr. Primeiro-Ministro, de certeza, não sabendo reportar quando, sobre o que era uma divergência entre as duas polícias.

A Sr.^a Deputada considera que é óbvio, mas eu ainda não consigo ver isso no memorando, por isso se me pudesse dizer onde é que eu posso extrair isso do memorando, agradecia. Aliás, posso dar-lhe inúmeros exemplos de documentos de discordância que não significam que o discordante vá fazer exatamente o contrário daquele que tem a autoridade.

Dou-lhe um exemplo muito simples, para não parecer que estou a falar em abstrato: recordar-se-á, com certeza, do processo relativo à descontinuação da missão portuguesa no Kosovo.

Não sei se recorda, mas deve ter acompanhado, como responsável pela defesa nacional durante dois anos, ou mais, com certeza que acompanhou a decisão do Governo de descontinuar a presença na KFOR para reforçar ou definir novos teatros de operações.

Nessa altura, recebi vários memorandos que manifestavam discordância em relação a isso, mas não me pareceu óbvio – e, felizmente, não era óbvio – que as chefias militares, por não mostrarem concordância plena, não fossem executar aquela que era a orientação política legítima.

Portanto, se, de cada vez que um responsável expressar num memorando uma opinião divergente relativamente a quem tem autoridade para, em última instância decidir, então, estamos quase perante uma revolução administrativa, Sr.^a Deputada, porque, de cada vez que acontecer, se for óbvio que essa pessoa vai agir contra a autoridade do superior hierárquico ou de quem tem a tutela funcional, isso parece-me bastante preocupante como conclusão.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Professor, acabou de confirmar que o memorando evidencia divergências entre as duas polícias. Pergunto-lhe que despacho lhe mereceu, então, esse memorando. Que orientações deu sobre um documento que lhe foi entregue assinado e timbrado?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não fiz, não proferi despacho sobre esse documento, porque não foi presente a despacho. E não me foi presente a despacho, como sabe, porque o Chefe de Gabinete considerou que ele não preenchia os pressupostos todos que justificassem que se desse entrada formal para a posição de despacho.

Já agora, há inúmeros documentos, como sabe, em qualquer gabinete ministerial, que não justificam necessariamente despacho do Ministro.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Portanto, temos de concluir que não deu a importância que devia ter dado a um documento que depois nos leva às questões que se vieram a verificar.

Vamos, então, falar do memorando de 20 de outubro, esse, sim, não era timbrado, nem assinado, mas era um documento que foi entregue ao seu Chefe de Gabinete que conversou com o Major Brazão e com o Coronel Luís Vieira sobre o assunto, tendo tirado uma fotografia. Hoje em dia, com a tecnologia, tirar uma fotografia, normalmente, tem uma certa intenção de a enviar. Mas o Sr. Ministro também não se recorda se a recebeu.

Segundo as declarações do seu Chefe de Gabinete, e temos isso tudo registado, ele também não se recorda se lhe entregou, mas sabe, exatamente, e isso o senhor também já confirmou, que lhe transmitiu com rigor o teor desse documento. Portanto, não se pode dizer que não conhecesse, com todo o rigor, aquilo que lá estava escrito.

Como aqui já se viu, podem tirar-se várias conclusões, mas há uma que é impossível não tirar: de facto, estavam a fazer esta investigação paralela, à revelia da Polícia Judiciária.

Sabendo o Sr. Professor, na altura Ministro, que isso era ilegal, pois o despacho da Procuradora ia noutro sentido, pergunto-lhe que providências tomou, ao ter conhecimento do teor desse documento, para dar orientações à Polícia Judiciária. Se não descortinou obviamente que havia encobrimento, que outras questões lhe colocou? Porque é que não aprofundou o teor deste documento?

Já agora, comunicou à Procuradoria-Geral da República o teor desse documento? Ordenou que fossem retiradas consequências, em conjunto com

a PGR, sobre tudo isto que se estava a passar? Partilhou essas informações com o Sr. Primeiro-Ministro?

São questões que gostaria de ver respondidas neste momento, porque, de facto, há muitas interrogações.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Obrigado, Sr.^a Deputada. Pensava que já tinha respondido, mas tornarei a responder.

Primeiro, como lhe disse, e bem, não é um memorando, é um documento. É um documento apócrifo e não assinado.

Em segundo lugar, permita-me corrigi-la, tenho a certeza e a convicção plena de que o meu Chefe de Gabinete me transmitiu com rigor o que considerava fundamental no documento em causa, mas, ao contrário do que diz, não me transmitiu todo o documento e não me transmitiu tudo o que lá estava escrito. Permita-me corrigi-la...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Isso é muito grave, Sr. Professor!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não considero que seja grave. Quem já esteve em funções governativas, e a Sr.^a Deputada já esteve, sabe que a função de um Chefe de Gabinete é receber informação, desagregá-la e transmitir com lealdade e competência a dimensão fundamental que se pode extrair daquela informação recebida. Senão não precisamos de chefes de gabinete, passamos a precisar de máquinas fotocopiadoras para ler toda a informação.

Mas, como sabe, é absolutamente impossível a um responsável político, sobretudo e ainda por cima, na área da defesa, com milhares de documentos permanentemente a entrar... Ou passamos a estabelecer como pressuposto, para se ser Ministro da Defesa, ser um super-homem, ou então,

evidentemente, a função de filtragem é muito importante e a relação de confiança estabelecida é também muito importante.

Posso dizer-lhe, aliás, ainda que, infelizmente, neste caso não possa demonstrar, que inúmeras vezes recebi documentos que, depois, mais tarde, por não terem obtido resposta, mesmo que fosse solicitada, pedia que me fossem reenviados e, às vezes, re-reenviados. Porquê? Porque a massa de informação que chega às nossas mãos, sobretudo com a tendência de elevador, que é para a fazer chegar evidentemente ao topo da hierarquia, impossibilita... Sem mecanismos desta natureza, sem um gabinete muito ativo a fazer essa filtragem torna-se absolutamente impossível a ação de governação.

Relativamente à segunda parte da pergunta que coloca, também creio já ter respondido, mas respondo novamente: já tinha conhecimento, nunca o escondi, porque me tinha sido transmitida essa informação por parte da Sr.^a Ex-Procuradora Geral da República, sobre a avaliação que não eu, mas a própria Sr.^a Procuradora na altura fazia sobre o achamento daquele material de guerra.

Portanto, a única novidade, e aqui até podíamos ir um pouco mais longe, mas não me atrevo a dar esse passo, era a de que havia um informador que não queria ver a sua identidade revelada.

Isto quer dizer o quê? Que, no contexto perturbadíssimo em que recebo esta informação, a preparar-me para vir para Lisboa para participar numa reunião de Conselho de Ministros, num dia, ou dois, a seguir a eventos cuja gravidade terrível me dispense de descrever em mais pormenor, não considero que tenha faltado a um dever de diligência ou de valorização da informação que me foi prestada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O Sr. Professor não respondeu se deu conhecimento ao Sr. Primeiro-Ministro.

Pergunto-lhe se não era seu dever, aliás, dever de lealdade, transmitir ao Sr. Primeiro-Ministro a informação desse memorando.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Já tinha respondido, mas torno a responder: não é um memorando, é um documento apócrifo que foi apresentado como documento de trabalho para uma reunião de que só tive conhecimento telefónico um dia antes de ir para o Conselho de Ministros.

Portanto, já respondi que não. Não transmiti ao Sr. Primeiro-Ministro qualquer informação sobre a existência de um informador.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Portanto, não cumpriu o seu dever de lealdade, não considerou importante dar esta informação ao Sr. Primeiro-Ministro. É isso que se conclui?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A conclusão manifestamente é sua, Sr.^a Deputada. Não venho cá para comentar as suas conclusões.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Obrigada, Sr. Professor.

Vamos, então, dar um passo em frente. É no dia 12 de outubro de 2018 que o Sr. Primeiro-Ministro, supostamente, pelo menos, conhece todos os contornos do aparecimento do material de guerra, na medida em que este documento foi entregue ao seu assessor militar. E é nesse dia que o Sr. Ministro pede a sua demissão ou que lhe criam condições para a pedir.

A pergunta é mesmo essa: é uma coincidência ou é uma consequência?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Vou corrigi-la: o Sr. Primeiro-Ministro, a 12 de outubro, não tomou conhecimento das circunstâncias da recuperação do material de Tancos. O Sr. Primeiro-

Ministro já tinha consciência das circunstâncias da recuperação a partir do momento em que é conhecido o desfecho da Operação Húbris e a acusação proferida contra aqueles que hoje estão na condição de arguidos ou noutra condição.

Aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro conheceu, pela primeira vez, foi o documento. São coisas diferentes.

Respondendo à segunda parte da sua pergunta, não há uma relação de causa e consequência, uma vez que, como já tive ocasião de dizer, estava já a chegar a Lisboa para ter a conversa com o objeto que já sucintamente apresentei com o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — É preciso convir que conhecer e ler o documento é completamente diferente do que são as notícias de comunicação social.

De qualquer forma, Sr. Professor, na transição de pasta e na reunião que teve com o seu sucessor, que informações lhe transmitiu sobre Tancos?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Nas reuniões de transição, como também a Sr.^a Deputada sabe, com certeza, fala-se em dossiês de transição, ou seja, em questões que ainda estão na pendência de decisão ministerial, em projetos que estão a ser trabalhados, etc.

Portanto, como podia, se fosse perguntado, apresentar ao atual Sr. Ministro da Defesa Nacional o relatório sobre Tancos onde considerava que o essencial que podia ser feito pelo Governo já tinha sido feito, esse não foi assunto glosado como matéria ou dossiê de transição.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não podemos deixar de estranhar, mas, de qualquer forma, se o senhor o diz é porque assim é.

Uma última pergunta: houve quem afirmasse que, quando se levantou toda esta situação, na altura mais crítica, deveria ter havido a saída do Ministro da Defesa e do General CEME como forma de pacificar toda esta situação, de devolver a dignidade e o prestígio às Forças Armadas. Aliás, fez-se, variadíssimas vezes, analogia com a situação que se viveu com a ponte de Entre-os-Rios e a demissão, na altura, do Ministro Jorge Coelho.

Aquilo que lhe pergunto é se voltasse atrás teria feito exatamente como fez ou teria tomado uma atitude mais proativa de forma a sair do Governo pela porta grande.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — A expressão «porta grande» é sua e não vou, evidentemente, comentá-la, porque pressupõe que haja uma porta pequena.

A segunda questão que queria abordar, se bem percebi a sua pergunta, é a seguinte: há uma coisa com a qual não posso concordar. Não vou concordar e vou exprimir a minha discordância: as Forças Armadas não perderam dignidade, nem prestígio!

As Forças Armadas são demasiado antigas e fundamentais na sociedade portuguesa para perderem dignidade como a Sr.^a Deputada imputa.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Isso foi aqui referido várias vezes pelos próprios generais!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não sei a que generais se está a referir, portanto, se quiser concretizar...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Os que foram ouvidos na Comissão de Inquérito.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sim, pois, mas a questão... Não vou acompanhá-la. Até podiam ser marechais, mas eu não vou acompanhar juízos dessa natureza a propósito de instituições que são multisseculares e que, felizmente, não dependem de juízos tão categóricos a propósito de cada furto de material militar.

Posso registar o seguinte, Sr.^a Deputada: posso registar, em meu abono, que, como, aliás, afirmei explicitamente a 1 de julho de 2017, no dia da Força Aérea portuguesa, e, depois, fui desenvolvendo, assumi a responsabilidade política por aquilo que tinha acontecido em Tancos, no sentido em que encarava como responsabilidade fundamental do Governo e, dentro do Governo, do Ministro da Defesa fazer com que, no futuro, a breve prazo, tanto quanto possível — não podia ainda, na altura, ter uma noção temporal exata sobre aquilo que agora estou a dizer —, não mais fosse plausível que tornasse a acontecer o que aconteceu com o furto de material militar em Tancos.

Portanto, não lhe escondo que, por omissão, fico satisfeito com a circunstância de, até agora, ninguém ter contestado o mérito, a eficácia, o resultado das medidas que foram tomadas num tempo excecionalmente curto, com a alocação dos recursos que fosse necessária, para atingir este resultado.

Fala, por aquilo que foi a forma absolutamente responsável como o Governo encarou este assunto, o relatório de Tancos; falam as medidas já executadas; fala a reposição das condições degradantes de segurança em que se encontrava o material militar em causa; fala, também, por fim, a capacidade da tomada de decisões para ressituar — e quem vier a seguir que decida como considerar mais conveniente — no Marco do Grilo, em Santa Margarida e em Alcochete, num tempo, que desafio quem quer que seja a considerar longo, excecionalmente curto esse material de guerra que estava

em situação que, infelizmente, se verificou não ser a melhor do ponto de vista das garantias de segurança.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir esta primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, muito obrigado por ter vindo à Comissão para nos ajudar a entender melhor o que aconteceu ao longo destes meses e para tentarmos encontrar um relatório que possa ser importante para o futuro das Forças Armadas e também para o País.

Gostaria, antes de tudo, de dizer que todos aqueles que servem no País, e que servem no Governo, saem sempre pela porta grande, porque sair pela porta grande é dar tudo o que sabem e o que podem, com honestidade, pelo País.

Portanto quero dizer ao Sr. Professor que, para nós, o senhor saiu pela porta grande quando saiu do Governo, e quero felicitá-lo pelo trabalho que fez no Ministério da Defesa, ao longo do tempo em que ali esteve.

É claro, Sr. Professor, que...

Murmúrios do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Ascenso Simões, a quem conferi a palavra, continuar no uso dela.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É claro que, Sr. Professor, o que até agora ouvimos aqui, nesta audição, foi uma espécie de limpeza de tudo o que aconteceu antes do achamento.

Sr. Professor, já que estamos a falar de pastas de transição, podia dizer-nos o que é que o Sr. Ministro Aguiar Branco lhe deixou sobre Tancos, quando lhe entregou a pasta?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Penso que o Sr. Deputado sabe que a pergunta é retórica; não deixou nada.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Professor recebeu do Sr. General Pina Monteiro, que tinha sido Chefe do Estado-Maior do Exército e que era CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas), nessa altura, alguma informação sobre o estado de Tancos?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Professor recebeu do Sr. General Jerónimo alguma informação sobre Tancos e o seu estado?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Onde é que o Sr. Professor soube do estado em que se encontrava Tancos?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Soube pelo, já na altura, Chefe de Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pode dizer-nos quando?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Podia dizer exatamente, se fosse aqui ver o relatório, mas foi muito pouco tempo depois

do início de funções do Sr. General Rovisco Duarte, que me chamou a atenção para a urgência, muito grande, de tomar medidas que permitissem repor aquilo que considerava ser um estado muito periclitante, quer de Tancos, quer de outras instalações militares.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pode dizer-nos o que é que decidiu e que medidas determinou?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Determinei que registava a informação, que apoiaria qualquer medida — em função da urgência que fosse determinada —, para enfrentar esse problema e posso também dizer-lhe que, mesmo em relação à questão financeira, disse «nem que se corte noutra coisa, nem que se arranje uma qualquer solução, não faltará verba para garantir condições que reponham, no seu entender, a segurança dessas instalações militares.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quer então dizer que todas essas informações e a sua decisão são anteriores ao acontecimento que motivou a constituição desta Comissão?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — É, Sr. Deputado, é anterior. E tanto é anterior que é demonstrável, porque, em concreto, foi colocada uma questão tida pelo Sr. General Rovisco Duarte como mais crítica, que era a da reconstituição da vedação exterior de Tancos, numa despesa que, na altura, ultrapassava os 300 000 € e há um processo formal — que ele me anunciou que iria dar entrada —, que dá entrada e que, aliás, é decidido num tempo brevíssimo pelo meu gabinete.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Vou já fazer uma pergunta subsequente ao Sr. Professor, mas antes mesmo queria que nos dissesse, se puder partilhar com esta Comissão, quais foram as razões que levaram à escolha do Sr. General Rovisco Duarte para CEME.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Sr. Deputado, tenho sempre dificuldade em explicar razões para a escolha de alguém, porque tenho sempre o receio — que acho que é importante ter, é importante ter esse receio — de desqualificar o não escolhido. E sei também a importância que isso tem no meio militar, o não escolhido. É o que é. É o que é e porque só pode ser escolhido um General.

Posso dizer-lhe que ouvi muita gente e posso dizer-lhe que a esmagadora maioria das opiniões que ouvi confluíram para a escolha do Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Professor, do que conhece hoje, e do tempo em que trabalhou com o Sr. General Rovisco Duarte, acha possível o Sr. General Rovisco Duarte, em alguma circunstância ser influenciado politicamente pelo Sr. Ministro, para uma decisão ou para uma ação concreta?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Espero bem, Sr. Deputado, que o Sr. General Rovisco Duarte, como, aliás, todas as chefias militares, sejam influenciáveis politicamente, porque acredito muito que o poder político tem um direito e um dever de influência para transmitir, como tutela, as orientações fundamentais a cada um dos ramos e mesmo, nos termos legalmente conhecidos, ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Se o conceito de influência política implica determinação política de uma decisão *motu proprio*, porque o Ministro decide impô-la a um chefe militar, acho que a própria... Vou dizer-lhe uma coisa, acho que as próprias características evidentes da personalidade do General Rovisco Duarte afastam essa possibilidade.

Se olharmos — não venho cá para falar, evidentemente, do General Rovisco Duarte, que não precisa de advogado — ao conjunto de dossiês enfrentados pelo Sr. General Rovisco Duarte, acho que fica absolutamente claro que ele não precisava, sequer, de grande influência política, ele próprio tinha uma opinião muito clara sobre aquilo que era importante fazer no Exército.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Portanto, Sr. Professor, os Tenentes-Generais, que ouvimos, aqui identificaram — até o Sr. General Carlos Jerónimo — possíveis influências políticas para uma tomada de decisão do Sr. General Rovisco Duarte, no sentido de tomar uma posição, que era emergente e, por isso, foi à televisão duas vezes dizer que iria suspender os comandantes operacionais daqueles Regimentos, naquelas circunstâncias conhecidas.

Portanto, não houve, em nenhuma circunstância, qualquer conversa, qualquer influência, qualquer determinação por parte do Ministro, relativamente a esta circunstância?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não houve, Sr. Deputado.

Devo, aliás, dizer-lhe que desconhecia, na altura, que houvesse cinco comandantes que confluíssem para o processo de Tancos. Não fazia a menor ideia sobre o número de comandantes, confesso a minha ignorância e,

portanto, evidentemente, não influenciei o Sr. General Rovisco Duarte para o que quer que fosse.

Aliás, se tivesse influenciado, do ponto de vista jurídico, talvez o único reparo que lhe pudesse fazer fosse sobre aquela possibilidade das suspensões temporárias.

Percebi perfeitamente a intenção que ele exprimiu. Ele sempre me disse... Ele informou-me dessa decisão. Eu disse-lhe: «Sr. General, não vou, evidentemente, pronunciar-me sobre o assunto, faça o que entender que deve fazer». E ele sempre me disse que era também para salvaguarda dessas pessoas e para garantir, publicamente, a máxima transparência na condução das investigações.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Professor, como é que o Governo geriu os diversos pedidos públicos, designadamente do antigo presidente do PSD, de uma resposta política imediata sobre a circunstância que estávamos a verificar?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não extraio nenhuma consequência de coisas que vou lendo.

Mas não posso deixar de registar que, no próprio dia em que ocorrem essas demissões, o então líder do PSD exigiu demissões.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Não! Ele disse que achava estranho! Não exigiu!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Mas não faço aos outros o que não gosto que me façam a mim.

Registo que o anterior líder do PSD exigiu, no próprio dia, houvesse demissões. Não lhe faço a injúria de pressupor, nem a ele nem ao General

Rovisco Duarte, que haja uma relação de causa e consequência entre uma pronúncia e um resultado.

Seria injúria para o ex-líder do PSD, tal como seria, sobretudo, injúria para o Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. General Menezes disse-nos, aqui, que no processo que acompanhou a exoneração dos comandantes, e também no processo que acabou por levar à sua demissão, e à demissão do General Calçada, tinha feito vários contactos, incluindo com a Casa Militar do Sr. Presidente da República.

Nessas circunstâncias, nesses dias ou nessas horas, o Sr. Presidente da República, ou alguém da Presidência da República, falou com o Sr. Ministro sobre essas influências?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Do Sr. General Calçada?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Menezes.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Do Sr. General Menezes? Não, não falou.

Falámos muitas vezes sobre Tancos, com toda a certeza, mas seguramente que nunca me falou de tentativas de influência do Sr. General Menezes.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Ministro recebeu alguma informação, algum pedido de reunião, alguma tentativa de o informar do que estava a acontecer na estrutura cimeira do Exército, por parte do Sr. General Menezes, ou do Sr. General Calçada, ou do Sr. General Serafino?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Nunca!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Como viu o Sr. Professor, Ministro na altura, a circunstância de, de um momento para o outro, se ter verificado a demissão de dois generais — sendo que um general era o Comandante de Pessoal e o outro General era o Comandante das Forças Terrestres —, numa circunstância em que nenhuma dessas demissões foi completamente clarificada sob o ponto de vista público?

Ou seja, até hoje, os Srs. Generais não nos disseram, nem aqui na Comissão, das razões plausíveis para essa mesma demissão, ou para esse mesmo pedido de substituição ou de cessação de funções, sendo que até aquilo que o Sr. General Calçada aqui nos disse foi que gostaria de ser retirado de funções mantendo-se como Tenente-General no ativo.

Vozes impercetíveis.

Isto é, para si, qual é o significado?

Ou seja, como é que alguém, que tem um posto de Tenente-General, que exerce funções de Ajudante-mestre do Chefe do Estado-Maior do Exército se propõe ficar no Exército, no ativo, sem funções específicas, numa circunstância, perante a realidade concreta, de instabilidade, desautorização e até uma dificuldade de comandamento da estrutura cimeira do Exército?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Creio que é fácil de imaginar qual é a minha opinião sobre o assunto.

Vou-lhe pedir dispensa de exprimir a minha opinião.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Na sequência dessas demissões, houve um conjunto de processos disciplinares que se verificaram. O Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército, em alguma circunstância lhe deu nota dos processos disciplinares e das suas conclusões?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Deu, com certeza. Deu-me nota da intenção de levar o processo de averiguações até ao fim e de certeza que me deu conta da existência de terem sido instaurados processos disciplinares. Recordo-me de, perguntado sobre o ritmo e o momento de decisão previsível para esses processos, me ter dito que estava pendente ainda um período em que podia haver contestação por parte daqueles que eram objeto do processo disciplinar.

O que me importa destacar é o seguinte: é que, mais coisa menos coisa, mais um dia menos um dia, os prazos que o Sr. General Rovisco Duarte definiu para a conclusão desses processos foram cumpridos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Terminada esta fase, em que há um conjunto de outras circunstâncias que não dependem do Ministério da Defesa, a relação entre o Exército, as Forças Armadas e os Serviços de Informações, as posições do Serviço de Informações, relativamente às questões da segurança da República, as questões da segurança interna avaliadas na UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), as relações das polícias que não competiam, nem competem, ao Ministro da Defesa — a este ou a qualquer outro —, houve necessidade de determinar medidas concretas.

Há uma questão que, a cada passo, é aqui levantada e que tem que ver com a dimensão do investimento. Em algumas audições foi tentada uma estratégia que era: se se podia resolver o problema com 300 000 € porque é que se gastaram 4 milhões euros?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Ó Sr. Deputado, isso demonstra um desconhecimento grave da própria realidade que já é conhecida hoje, e que consta do relatório.

Não me atrevo sequer a comentar — não faço ideia nem quero saber quem é que disse isso —, mas quem o tiver dito mostra uma ignorância crassa sobre aquilo de que estamos a falar. Então é mau, porque significa que voltamos, praticamente, a julho de 2017.

A avaliação que foi feita, e não vi ninguém contestá-la, parte de várias premissas; primeiro: 300 000 € era para começar, era para uma parte da vedação exterior de Tancos. Quem foi a Tancos, nem precisa de ser especialista em paióis para perceber... Nem vou alongar-me mais neste aspeto, porque era tão óbvio e foi tão flagrante aquilo que aqui foi afirmado sobre o que não funcionava — e que isto, e que aquilo — e há documentação tão obviamente evidente sobre o carácter flagrante dos investimentos massivos que seria necessário fazer em Tancos para reconstituir um estado de segurança, que isto é confundir a árvore com a floresta e já nem vou dizer uma graça da estrada da Beira ou da beira da estrada.

O valor de 300 000 € foi o primeiro passo que se deu num processo que seria longuíssimo, e basta ver o próprio desenho inicial do SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), o primeiro passo de um investimento que ia ser muitíssimo significativo.

Portanto, como o que aconteceu foi então uma ponderação, um conjunto de juízos de valor que não cabiam, evidentemente, ao Ministro. O Ministro aqui esperava resultados, como os resultados vieram, era como é a República ia, no mais curto prazo possível, demonstrar, não é só repor, as condições de segurança do material militar e de guerra à guarda das Forças Armadas e, mais particularmente, do Exército? Qual era a solução mais eficiente, mais lógica e mais factível, no tempo, para garantir que pode o

Governo da República dizer «a partir de agora as condições de segurança estão felizmente restabelecidas».

Veja bem, Sr. Deputado, quem fala, quem compara alhos com bugalhos, quem compara 300 000 com 4 milhões devia comparar 300 000 com o que faltaria despendar para se alcançar o mesmo resultado com o investimento em Tancos.

Em segundo lugar, há aqui uma orientação estratégica política, que fique claro, que consta das diferentes diretivas que foram adotadas por mim — não fui eu que as escrevi, mas que analisei e sufraguei —, relativamente à circunstância de não ser compreensível que três ramos das Forças Armadas tivessem sistemas diferentes de garantia da segurança.

Portanto, generosamente, e devo aqui dizer, com enorme lealdade, com enorme espírito de colaboração, os restantes ramos imediatamente se disponibilizaram para trabalhar em conjunto com o Exército e para aproveitarem um espaço que estava disponível, nomeadamente no Marco do Grilo. Creio que os Srs. Deputados visitaram essas instalações e acho que não é preciso ser especialista para compreender a diferença copérnica que existe entre as circunstâncias de Tancos e a condições de segurança no Marco do Grilo.

Portanto, se a obrigação que temos é a de alcançar um resultado que diz respeito a uma dimensão da soberania, com a máxima eficiência possível — e recordo a transferência das toneladas de material que estava em Tancos —, num prazo muitíssimo curto, e com uma colaboração, ainda por cima, intensíssima de outras entidades como a GNR, etc., que também é preciso destacar, nesse período, isso foi com um investimento que foi contido... Portanto, não se pense que estamos a falar de 12 vezes mais, estamos a falar do valor que era necessário, em condições mais fáceis de segurança, no Marco do Grilo, em Alcochete e em Santa Margarida, recompor aquilo que era necessário fazer.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Professor, na altura, esteve em várias reuniões com os seus homólogos da NATO, pode dizer-nos como foi entendido o acontecimento de Tancos no âmbito desse fórum?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Suponho que essa questão tem a ver com o impacto internacional que foi, muitas vezes, glosado contra Portugal.

Nunca, em nenhuma circunstância, repito, nunca, em nenhuma circunstância, formal ou informalmente, os mais altos responsáveis da NATO ou da União Europeia deram conta de uma qualquer preocupação que fosse justificada pela existência do furto de Tancos.

Portanto, é falso e uma mentira repetida muitas vezes não se torna verdade por causa disso. É absolutamente falso e posso trazer, aliás, em meu benefício e para demonstração, declarações públicas do Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É falso que alguma vez, felizmente, o furto de Tancos tenha sido considerado como uma ameaça que ultrapassasse aquilo que tinha sido definido pelas autoridades competentes portuguesas.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Obrigado, Sr. Professor, tenho uma última questão ou, pelo menos, um pedido de precisão. O Sr. Professor disse, a determinada altura, que, depois de o Sr. General Martins Pereira o ter colocado a par do teor do papel que o Major Vasco Brazão e o Coronel Luís Vieira lhe tinham entregado, não informou o Sr. Primeiro-Ministro dessa circunstância. É assim mesmo? Confirma, para as atas, que o Sr. Primeiro-Ministro não tinha conhecimento desse documento?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Confirmo.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Desculpe?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Confirmo.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, não temos mais perguntas por agora.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a possibilidade de uma segunda ronda em que, recorde, os grupos parlamentares dispõem de até 5 minutos para colocar as suas questões de modo sucessivo, após o que o depoente terá a amabilidade de responder. Sugeriria que apontasse as questões porque elas, obviamente, surgirão de modo sucessivo.

Nestes termos, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, o Sr. General Rovisco Duarte, antes e durante a audição, referiu que, relativamente ao furto de Tancos, as responsabilidades eram todas militares. No entanto, tivemos aqui alguns generais, tenentes-generais, nomeadamente o Sr. General Carlos Jerónimo, o Sr. Tenente-General Faria de Menezes, o Sr. Tenente-General Antunes Calçada, que referiram que as responsabilidades eram militares, mas também políticas.

Por exemplo, o Sr. General Carlos Jerónimo referiu: «A gestão político-militar subsequente a Tancos foi desastrosa. Os militares são responsáveis mas os políticos também têm de assumir as suas responsabilidades». O que pergunto é se se considera atingido por estas declarações, como Ministro da Defesa da altura, e se, efetivamente, acha que essas críticas lhe foram dirigidas.

O Sr. General Faria de Menezes referiu que havia uma mescla de dois patamares de responsabilidade, uma política e outra militar. Pergunto se se considerou atingido com estas declarações.

Por outro lado, e o Sr. Professor também já fez alguma referência, houve o caso de Tancos mas também tivemos anteriormente um conjunto de outras situações que envolveram o Exército. Refiro, por exemplo, o Colégio Militar, que o Sr. Professor já referiu, em que, no entender do Bloco de Esquerda, o senhor atuou corretamente.

Tivemos também a questão do Kosovo. Sabemos que o Sr. Tenente-General Faria de Menezes não teria concordado com o retirar das forças militares portuguesas nessa altura. Tivemos também a questão dos Comandos.

O que perguntava ao Sr. Professor era se o descontentamento que houve nesta altura foi só devido a Tancos ou também se deveu a essa série de acontecimentos. Pergunto também se esse conjunto de acontecimentos não contribuiu para potenciar algum descontentamento envolvendo o Exército, os militares.

Temos também a questão da nomeação das chefias militares, como deu para entender em algumas audições...

Soubemos que houve um movimento de entrega simbólica das espadas que não se chegou a concretizar. O Sr. Professor, enquanto Ministro, teve conhecimento desse movimento? Conversou com alguém relativamente ao mesmo?

Sr. Presidente, para já, eram estas as questões que queria colocar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria dizer, sem mais considerações, que algumas linhas de afirmação e de inquérito que aqui

vimos nos deixam, desde já, com alguma preocupação em relação ao relatório. Mas teremos tempo para isso.

Há um facto que nos parece indesmentível e sobre o qual não lhe vou perguntar: V. Ex.^a era o Ministro na altura do furto, era o Ministro na altura do memorando, era o Ministro na altura das informações. Isso é que é o relevante.

Portanto, comparar isso com o que é que lhe foi transmitido de Ministros para trás parece-me que não tem o mínimo de relevância, nem o mínimo de interesse.

Aquilo que diria, e é mais uma afirmação do que outra coisa, mas V. Ex.^a comentará ou não, rebaterá ou não, consoante entender, é que a grande conclusão desta sua audição, Sr. Professor, é a seguinte: o Governo, no dia do reaparecimento das armas, se não tinha já indícios anteriores que poderíamos depreender do tal de 4 de agosto, teve uma informação claríssima de que tinha existido uma atuação à margem da lei por parte da PJM. Ela foi claríssima e da parte da Sr.^a Procuradora-Geral da República. V. Ex.^o disse-o aqui. Estou a repetir apenas o que disse.

Dois dias depois, essa mesma informação foi confirmada por um documento entregue ao seu Chefe de Gabinete, documento esse que, escuso de repetir, fala em pôr a PJ de fora, de não lhe dar conhecimento e de um acordo existente, senão existiriam ameaças sobre a família, senão desapareceriam as armas. E diz-nos V. Ex.^a que o seu Chefe de Gabinete lhe transmitiu o essencial.

Podemos, talvez, teoricamente, presumir que os senhores têm um problema com os chefes de gabinete em geral, não é? Porque um só sabe isto, o outro só transmite aquilo... De resto, sabemos hoje que o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro lhe deu conhecimento deste documento e que 15 dias depois o Sr. Primeiro-Ministro fez declarações a dizer que não sabia

de nada! É demonstrável e estará seguramente no inquérito ao Sr. Primeiro-Ministro.

Assim, o que é que podemos concluir aqui? Pegando na sua expressão sobre os prognósticos, podemos dizer que os senhores sabiam que tinha havido um jogo viciado! Os senhores sabiam que isto tinha sido viciado! Os senhores sabiam que tinha havido uma atuação à margem da lei!

O Governo soube, durante um ano, o País soube um ano depois. E o País só soube no momento em que a Sr.^a Procuradora-Geral da República entregou, presumo que a si, o mandato para a detenção do Sr. Coronel Luís Vieira.

Mas os senhores souberam durante um ano que tinha havido uma atuação ilegal, uma colaboração ilegítima e que tinha tudo sido feito à margem da lei. Portanto, a pergunta é óbvia: durante este ano em que o Governo soube, mas o País não, o que é que fez o Governo?

Aparentemente, Sr. Professor, o que fez foi porque se quis manter em funções... O senhor usou na sua expressão inicial «orgulho»... Enfim, esta operação chamava-se Húbris. Pode ser mera coincidência, mas o que é certo é que o Governo não fez nada.

Depois fez coisas que são, na minha opinião, até, um pouco estranhas e inaceitáveis. Não só nalguns aspetos não fez nada, como, noutros casos, o Governo procedeu a condecorações.

Talvez lhe perguntasse ainda porque é que condecorou o Sr. Sargento Mário Lages de Carvalho, da PJM, sabendo que a atuação da PJM estaria ferida de ilegalidade ou de irregularidade. Pareceu-lhe sensato atribuir uma condecoração nessas circunstâncias? Isso fez!

Depois pediu uma auditoria, só que foi um ano depois! Porque é que ela não foi pedida logo?! Logo que os indícios... Os indícios eram óbvios!

Admito, Sr. Professor, não quero duvidar da sua boa-fé, obviamente, não é isso que está em causa, que possa não ter visto exatamente toda a

gravidade do procedimento, mas os indícios estavam lá e justificariam outra atuação e outra prudência.

Tal como justificariam um alerta muito mais evidente ao seu sucessor. Não fomos nós que o dissemos, foi o seu sucessor que veio dizer que sobre Tancos não lhe foi dito nada!

Ou seja, sabendo-se que tinha havido ilegalidade e um processo paralelo, sabendo-se que a PJ tinha sido afastada do processo, que havia documentos sobre isso, é o seu sucessor que nos vem dizer: «Não, na transferência não me foi dito nada». O que também não é normal.

Compreendo os outros factos que são relevantes. O Sr. Ministro acompanhou-os e eu também os acompanhei, porque sou o coordenador do meu partido na 1.^a Comissão, factos esses que levaram à demissão da sua colega. Na minha opinião, e dissemo-lo desde a primeira hora, deviam ter levado a mais do que uma demissão, perdoe-me que lhe diga.

Termino, as perguntas são sobre a condecoração, a auditoria, a passagem de pasta. Essas é que são as perguntas, mas há da sua parte também... Enfim, não se lembra se viu o documento. Diz que lhe foi transmitido o essencial, mas o essencial era só a questão do informador e não o acordo ou as outras coisas.

Há uma memória que, curiosamente, é vivíssima, quando lhe fazem perguntas sobre o que aconteceu antes — o dinheiro para a rede, a decisão sobre a rede, que foi imediata, mas não foi, demorou 73 dias, mas isso é um pormenor... A sua decisão demorou 73 dias a avançar para as reparações!

Aí há uma memória perfeita e viva. No momento do memorando e daí em frente, a memória não é tão perfeita, nem tão viva.

O Sr. **Presidente**: — Como o PCP prescinde desta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Rosa, do PSD.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Queria começar por cumprimentar o Sr. Professor Azeredo Lopes e dizer-lhe que vou fazer meia dúzia de perguntas muito diretas a que gostaria que respondesse diretamente e não de forma artilosa e pouco concreta como tem respondido até agora.

Penso que a arrogância, a soberba e, talvez, a altivez não nos ajudam em nada a esclarecer seja o que for que interesse esclarecer a esta Comissão.

Começo por perguntar ao Sr. Professor se sentiu alguma vez, durante o tempo em que foi Ministro, desconforto ou falta de apoio das Forças Armadas em relação a si, como Ministro.

Também queria perguntar – e as minhas perguntas vão ser muito concretas e por isso gostava também de ter respostas concretas – o seguinte: quais foram as medidas tomadas logo a seguir ao roubo? É que tenho verificado algumas deficiências, porque não percebi a pergunta nem a resposta quando a deu.

Como avalia o funcionamento do sistema de segurança interna e a ligação entre as várias instituições que fazem parte, tendo em conta que a Secretária-Geral disse aqui que teve conhecimento do sucedido em Tancos pela imprensa, pelo que nós inferimos, aqui, que houve falta de ligação.

De forma muito direta, queria saber se falou, alguma vez, com a Ministra da Justiça sobre Tancos, porque só falamos desta situação num determinado período de não de forma lata em todo este tempo que foi passando.

Alguma vez teve conhecimento da existência de uma denúncia anónima, tempos antes do furto, dando conta da possibilidade da ocorrência de um assalto a uma instituição militar?

Uma das linhas de atuação que o Governo seguiu foi a da desvalorização deste caso. Seria essa, hoje, a linha de atuação do Governo? Compreendo bem que, não sabendo o que sei hoje, seria totalmente diferente, mas poderia o Governo ter mudado de linha de atuação, não desvalorizado

tanto, sendo que, várias vezes, referiu que era grave esta situação do assalto a Tancos?

Na sequência do furto, o General Rovisco Duarte disse que estava a ser pressionado e que tinha de fazer alguma coisa. Decidiu de uma forma inédita, como ele disse aqui, exonerar os cinco coronéis, comandantes das unidades que estavam diretamente ligadas com a segurança dos paióis. Teve conhecimento prévio desta decisão? Alguma vez, exerceu algum tipo de pressão sobre o General Rovisco Duarte? Sabe se algum elemento do Governo poderá ter exercido pressões sobre o Sr. General? Deu alguma instrução direta ao General Rovisco Duarte para tomar esta decisão?

O General Rovisco Duarte disse aqui que se demitiu do cargo por não concordar com a Lei de Programação Militar. Alguma vez este general lhe comunicou que não concordava com a Lei de Programação Militar durante os anos em que trabalharam em conjunto?

Em algum momento, a Polícia Judiciária Militar lhe deu a conhecer o mal-estar na instituição derivada da entrega deste caso à Polícia Judiciária?

Em algum momento, o Coronel Luís Vieira o contactou no sentido de demonstrar a ilegitimidade desta decisão e a necessidade de a Polícia Judiciária Militar continuar a investigar este caso? Em algum momento, lhe foi entregue algum documento que sustentasse esta posição da direção da Polícia Judiciária Militar? Em algum momento, soube da existência de uma investigação paralela levada a cabo pela Polícia Judiciária Militar? Esta é a pergunta mais importante.

Sr. Professor, não tenho mais questões a colocar.

Peço-lhe apenas, que, mais uma vez, responda de forma direta e não de uma forma um pouco ardilosa, como tem acontecido, ou não respondendo mesmo.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do PS dividirá os cinco minutos que lhe estão atribuídos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor Azeredo Lopes, gostaria, em primeiro lugar, de dizer que as proclamações do CDS não fazem a verdade; a verdade é o que consta das gravações das muitas audições e que darão origem ao relatório sobre o qual teremos oportunidade de nos pronunciar.

Estamos já num momento muito avançado dos nossos trabalhos e ao longo de todas estas audições muitos assuntos se misturaram e adensaram, mas outros tornaram-se claros e inequívocos.

No decorrer das audições dos vários comandantes das unidades que faziam a segurança aos Paíóis Nacionais de Tancos, de vários militares experientes e tendo por base toda a documentação a que esta Comissão teve acesso ficou claro que: os sistemas de sensores do solo e a rede interna e o sistema de videovigilância nos paióis eram datados do século passado; o sistema sensorial foi desligado no início deste século por ser ineficiente; em 2006 o sistema de videovigilância estava obsoleto; em 2012 esse mesmo sistema foi considerado inoperacional; em 2013 foi considerado definitivamente obsoleto; e foi feito, nesse ano, o levantamento da necessidade de um novo sistema.

Para além disso, ao longo de todos estes anos, constatou-se que as portas e as fechaduras não tinham os requisitos de segurança; as redes de segurança periféricas estavam degradadas; os para-raios estavam inoperacionais; e as casas de guarda estavam sem comunicação de rede fixa.

Também ao nível da gestão de cargas e materiais registavam-se deficiências, em alguns casos, graves.

Muitas destas informações constam de relatórios de tomada de posse de alguns comandantes, que aqui foram ouvidos, em processos de averiguações realizados posteriormente, bem como na inspeção técnica extraordinária realizada aos Paióis Nacionais de Tancos e grande parte, se não todas, confirmaram-se.

Sobre isso, como disse aqui o General Carlos Jerónimo, CEME entre 2014 e 2016, o poder político nunca foi alertado sobre Tancos, tese esta corroborada até pelo General Faria Menezes, Comandante das Forças Terrestres, pelo ex-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Pina Monteiro e pelo ex-CEME, General Rovisco Duarte, que não tinha qualquer conhecimento exato de grande parte desses problemas, porque também não foi alertado por quem devia ter sido.

Sr. Professor Azeredo Lopes, no entanto, o que também sabemos é que quando o ex-Chefe de Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, pediu recursos financeiros ao Governo para iniciar as intervenções em Tancos o Governo respondeu afirmativamente e prova disso são os investimentos documentados que foram realizados.

Para além destes factos, estas reuniões também nos permitiram apurar mais coisas: comandantes de unidade responsáveis pela segurança dos paióis que nunca os visitaram; o que foi real e efetivamente furtado foi material militar e nunca, repito nunca, armas como ampla e falsamente foi difundido; que esse mesmo material furtado, como disse o General Pina Monteiro, em declarações ao País, e, praticamente, todos os militares que foram ouvidos nesta Comissão, estava inoperacional e obsoleto desde, pelo menos, 2012 e que, apesar de poder comportar perigo, não punha em causa a segurança nacional.

Quem falhou, então, neste processo? Pode concluir-se que a falha foi do Exército?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Diogo Leão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor Azeredo Lopes, aceite a minha consideração pessoal.

Ao longo dos trabalhos desta Comissão de Inquérito pudemos analisar as questões de segurança do País e pudemos também desfazer aqui alguns mitos.

Através de uma análise séria e baseada em indicadores de avaliação de risco, agentes de ameaça, capacidades e intenções os serviços competentes avaliaram a situação e chegaram a uma conclusão: o ocorrido em Tancos tratava-se de um problema relacionado com o crime organizado e com o tráfico de armas, em particular. Isto foi contundentemente afirmado nesta Comissão de Inquérito, ou seja, o grau de ameaça significativo, especialmente relacionado com o crime organizado, mas moderado para o País.

Hoje sabemos, pelas audições dos responsáveis dos serviços de informações e também pela audição do Sr. Diretor da Polícia Judiciária, que desde muito cedo a hipótese de terrorismo internacional não esteve nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira linha da tese de investigação.

Foram acionadas todas as fontes no território nacional, foram avisados todos os serviços congéneres ao nível das polícias, ao nível dos serviços de informações, foram tomadas medidas preventivas e foram ponderadas medidas de reforço de segurança que se efetivaram.

Muito se questionou nesta Comissão de Inquérito uma reunião da UCAT, convocada 48 horas depois do sucedido, sem prejuízo das medidas que foram imediatamente tomadas por todos os serviços e forças de segurança – isso parece-nos, aliás, um argumento muito pobre para sustentar qualquer responsabilidade do poder político.

Ponderadas todas as audições que tivemos o resultado que obtivemos a nível da análise de segurança faz com que seja lícito afirmar que, pese embora a gravidade do furto, felizmente não esteve em causa a segurança nacional.

Pergunto ao Sr. Professor se discorda ou se refuta, de alguma forma, esta análise.

O Sr. **Presidente**: — Concluída que esta a segunda ronda, dou a palavra ao Sr. Professor Azeredo Lopes para responder às questões que lhe foram colocadas, sendo certo que parte substancial das intervenções dos Srs. Deputados foram considerandos e não propriamente questões, mas, de facto, algumas foram colocadas.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero no início e também com lealdade dizer que, relativamente àquilo que o Sr. Presidente descreveu, e bem, como considerandos e opiniões de cada um dos intervenientes, não vou pronunciar-me sobre elas. Vivemos numa sociedade suficientemente plural para eu conviver bem com a divergência.

Há uma única consideração que registo do Sr. Deputado Telmo Correia e que lhe agradeço que é quando o Sr. Deputado diz que não põe em causa a minha boa-fé e isso para mim, acredite, é importante; quanto ao resto e a tudo o que não for questão, eu não vou responder, porque não vou responder a considerandos com considerandos.

O Sr. Deputado João Vasconcelos – que agora não está presente – confronta na sua questão a opinião expressa pelo Sr. General Rovisco Duarte, creio, embora não possa jurar, na celeberrima audição à porta fechada, que foi aberta por um dos participantes – creio que terá sido nesse

momento –, quando considera que, no essencial, aquilo que está envolvido no furto de Tancos é uma questão de responsabilidade militar, com a opinião do Sr. General Jerónimo, que terá dito que as responsabilidades eram políticas e que a gestão político-militar de Tancos foi desastrosa, e também com a opinião do Sr. General Faria Menezes e de outros.

Eu tenho a certeza que o destinatário terei sido sempre eu, mas, respondendo à sua pergunta, posso garantir-lhe que não fico afetado pelas opiniões políticas de militares, porque isso obrigar-me-ia a considerar que o Sr. General Jerónimo, o Sr. General Faria Menezes e o Sr. General Calçada eram competentes para fazer avaliações de gestão política, o que seria muito preocupante e eu não faço, justamente, esse tipo de desconsideração.

Se me pergunta se há responsabilidade política, digo-lhe que a responsabilidade política é inerente à função da governação. Em qualquer área da governação ai de quem pensar que cria setores estanques entre a responsabilidade militar e a responsabilidade política, mas creio ter procurado demonstrar que assim encarava a minha função.

Relativamente à questão ou ao episódio, como aqui foi glosado, do Colégio Militar, às discordâncias a propósito do Kosovo, ao caso dos Comandos não tenho a menor dúvida de que todos eles confluíram para tornar menos fácil a forma como o poder político e as forças armadas tiveram de encarar o problema grave que se suscitou com o furto de Tancos.

Chamo, aliás, a atenção para a circunstância de, em momento imediatamente a seguir à demissão do Chefe de Estado-Maior do Exército, General Jerónimo, ter havido outro general que, numa carta aberta, anunciava que daquela vez se demitia o General Jerónimo mas que da próxima vez seria ele. Portanto, isso também significa que, evidentemente, todos estes factos podem ter contribuído para este tipo de expressão pública, no espaço público, de um Exército que estava, realmente, à procura da sua unidade.

Sobre o movimento das espadas não vou pronunciar-me mais sobre ele, trata-se de uma manifestação que foi apresentada como uma manifestação dos oficiais das forças armadas que iriam depor as espadas junto da Presidência da República. O próprio organizador esclareceu que eram três os manifestantes e, portanto, essa questão pertence ao passado e eu não vou pronunciar-me sobre ela.

Relativamente às perguntas do Sr. Deputado Telmo Correia sobre a atuação à margem da lei, como tive ocasião de dizer, era já do meu conhecimento, e digo-o com toda a lealdade e transparência, depois da conversa que tive no dia 18, antes do almoço, com a Sr.^a Procuradora-Geral da República que expressou a sua opinião de forma inequívoca.

Se há coisa que eu tenho como certa é a circunstância de a Sr.^a Procuradora-Geral da República ter expressado, com muita clareza, essa opinião e também não lhe escondo – e obrigado pela pergunta que me permite também dar conta de outro facto que pode ter importância, suponho eu – que era minha convicção que era absolutamente inevitável que viesse a iniciar-se um processo disciplinar.

Não tive dúvidas, depois da conversa com a Sr.^a Procuradora, que o passo seguinte seria o da comunicação ao Ministério da Defesa das violações dos deveres da Polícia Judiciária Militar que, no entender da Procuradoria-Geral da República, tinham sido detetadas no tal dia 18 de outubro.

Não lhe escondo isto. Eu tinha como absolutamente certo e tenho a certeza de que se falei – como o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária afirma que falei – sobre esse assunto, como era meu dever, tenho a certeza que dei conta de ser minha convicção que se iria, necessariamente, iniciar um processo disciplinar com essas características.

Infelizmente e felizmente, como foi, aliás, dito, com clareza, pela Sr.^a Procuradora-Geral da República, ela tomou uma decisão diferente, ou seja, de não dar seguimento àquele que, aliás, era o memorando que foi feito para

o efeito – e o que estou a dizer é reportando-me às declarações da ex-Procuradora-Geral da República – era o passo seguinte, uma vez que a abertura ou o início do inquérito-crime, a propósito da tal denúncia anónima sobre as circunstâncias reais em que tinha sido feita a recuperação do material, determinaram na Sr.^a ex-Procuradora a decisão, até para não prejudicar o inquérito, de não dar seguimento a isso.

Vim a saber que a Sr.^a Procuradora-Geral da República, a atual, deu esse passo junto do atual Ministro da Defesa Nacional e isso, como, aliás, era compreensível, determinou da sua parte aquilo que eu imediatamente teria feito se tivesse tido esse impulso por parte da Sr.^a Procuradora-Geral da República.

Portanto, sem querer estar aqui a procurar justificação, é importante que fique claro o seguinte: primeiro, o contexto em que tomo conhecimento dos factos que aqui reporte; segundo, a circunstância de eu não ter já possibilidade honesta de desconhecer qual era a opinião da Sr.^a ex-Procuradora-Geral da República sobre o assunto; terceiro, a convicção que, pelos vistos, acho que todos concordaremos que não era abusiva, de que iria, necessariamente, ser desencadeado um procedimento por parte do Ministério Pública para extrair as consequências disciplinares da verificação sobre os factos e o modo como teve lugar a recuperação do material militar.

Há aqui uma coisa de que eu não me recordo de ter falado, que é de ter falado de orgulho em causa própria e se o fiz peço desculpa pela petulância, porque eu não tenho memória de, alguma vez, ter expresso orgulho em causa própria.

Sobre as condecorações e sobre aquilo que sabíamos, penso que o Sr. Deputado, involuntariamente, foi impreciso: o País não sabia, ninguém sabia, o que veio a saber-se em setembro de 2018 com o mandado de detenção do Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Que era uma irregularidade!?

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Não, desculpe, uma coisa, e o Sr. Deputado, com certeza, como excelente jurista que é, nem precisaria que eu dissesse isto, são as questões suscitadas pela existência de irregularidades decorrentes do não cumprimento pleno de obrigação, de atuação sob a autoridade do Ministério Público. Outra coisa, é o conjunto de crimes que são imputados a um conjunto de pessoas e que resultam daquilo que foi conhecido na operação. São coisas completamente diferentes! Completamente diferentes! Uma determina a hipótese de um procedimento de natureza disciplinar, outra determina, como está a verificar-se, uma intervenção direta do Ministério Público e dos tribunais.

Quanto às condecorações eu, por uma questão de informação, pedi para saber quantas condecorações e louvores eu tinha feito ao longo dos mais ou menos três anos de mandato, e estamos a falar de centenas. Estamos a falar de 173 mais um conjunto muito significativo de louvores para pessoas que colaboraram comigo e estamos a falar, por outro lado, de textos que essencialmente... E digo isto para que não se pense que estou a desvalorizar a importância que o louvor tem na instituição militar ou em pessoas que colaboram com a instituição militar, mas quem propõe o louvor não é o ministro; o louvor é proposto por uma determinada entidade, olhe até pode ser a Assembleia da República, como aconteceu uma vez, pode ser um embaixador, como aconteceu uma ou duas vezes, podem ser outras entidades ligadas à coisa militar, e aquilo que o gabinete faz – suponho que todos os gabinetes do Ministério da Defesa Nacional passados o fizeram e os futuros o farão – é verificar se os pressupostos formais para a atribuição do louvor estão preenchidos e, então, esses louvores são submetidos para assinatura ao Ministro da Defesa.

Num caso, que, aliás, foi reportado pela imprensa, eu fiz um despacho dirigido ao meu colega da Administração Interna a propósito de alguém que, creio, sendo da GNR estava a prestar serviço na Polícia Judiciária Militar, mas fi-lo por uma questão de cortesia relativamente ao meu colega, uma vez que, como sabe, eu não posso atribuir louvores nem condecorações a elementos de outros corpos do Estado, exceto se eles estiverem a prestar serviço num quadro funcional no âmbito do Ministério da Defesa.

E fi-lo também – é bom ter noção disso – num quadro muito particular, ou seja, num quadro em que duas instituições tão importantes como a GNR e as forças armadas, estão, por razões que não são talvez as mais felizes no contexto em que ocorrem, a trabalhar em conjunto, de forma empenhada, numa questão nacional, que é a questão da Proteção Civil, que é a questão da cooperação entre as duas entidades e eu fiz questão de ter esse gesto.

Também lhe posso dizer – e não tem, de facto, nada a ver com o episódio de Tancos – que, a certa altura, eu pedi e isso, creio, aliás, foi impulsionado por um assessor militar, que doravante os louvores, pelo, menos indicassem quem é que propunha o louvor, até para eu não passar – eu, ou qualquer titular do cargo – pela situação desagradável de, por razões evidentes, não fazer a menor ideia de quem era o beneficiário.

Então, se eu entendo que a forma é muito importante nestas circunstâncias, é muito importante que continue a ser o ministro com a sua assinatura, como titular máximo da pasta da Defesa a exprimir, em nome da Defesa Nacional, o apreço, também acho que é importante, até por razões de, quase, não parecer que é uma espécie de «barriga de aluguer», que se saiba quem é que propôs e que assuma por que é que propôs.

Não sei se o atual Ministro da Defesa Nacional acompanhou esta minha posição, mas já em várias situações começou a surgir a expressão «por proposta de» e, então, louvor é, e bem, atribuído.

A minha memória é boa, Sr. Deputado. Acho que tenho uma memória boa, que vai começando a fraquejar, com certeza, mas a minha memória é boa! Não me parece é que se possam comparar coisas que não são comparáveis. O exemplo em que o Sr. Deputado invocou a minha memória muito precisa é um exemplo que foi abordado em, praticamente, todas as audições que tiveram lugar na Comissão de Defesa Nacional sobre Tancos e, portanto, só mesmo se eu tivesse um bloqueio grave é que não era capaz de replicar hoje, praticamente, de cor aquilo que deu como exemplo sobre a minha memória muito boa.

Mas permita-me corrigi-lo, porque a minha memória é tão boa que, em relação ao exemplo que deu sobre os 73 dias, posso dizer-lhe que o Sr. Deputado enganou-se: não foram 73, foram 32 dias! Foram 32 dias! O processo de decisão, relativamente às vedações, entre o momento em que dá entrada no Ministério da Defesa, vai para a Secretaria-Geral da Defesa Nacional para apreciação, sobe ao gabinete do Secretário de Estado para apreciação, passa para o gabinete do Ministro para decisão decorreram 32 dias dos quais sete no meu gabinete. Portanto, foi um processo de decisão excepcionalmente rápido.

Sr. Deputado, espero ter respondido às questões que me colocou, se não terei ocasião de continuar.

Sobre as questões relativamente às quais o Sr. Deputado Matos Rosa me pediu resposta... Aliás, não vou avaliar os considerandos que fez, porque senão acho que, como compreenderá, teríamos aqui expresso uma discordância sobre a minha arrogância, a minha altivez, ou a forma, já não recorde, como terei evitado responder...

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Não falei em petulância...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Ah, também era petulância?!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não, foi o senhor que falou agora...

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Eu tomei as minhas notas: arrogância, altivez... Mas, pronto!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mas em petulância não falei, não foi o que eu disse!

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Mas falo eu, Sr. Deputado! Seja!

Perguntou-me o Sr. Deputado se senti desconforto e falta de apoio. Não, não senti! Não encaro — e, agora, é que sim —, não tenho a petulância de considerar que havia uma posição unânime das Forças Armadas. Aliás, era óbvio, e não estou a falar como ministro, que estava a decorrer um processo, que eu acredito que tenha sido necessário, de catarse dentro do Exército, de lutas pelo poder, de quem nomeia quem, de quem fica, de quem não fica...

Não vou, por uma questão de respeito pelo Exército, circunscrever uma avaliação que se faz de uma instituição destas a episódios que são menoríssimos. O Exército é uma instituição que reivindica, pelo menos, 700 anos, mas seguramente mais, e eu acredito, realmente, no que estou a dizer, ou seja, que é uma grande instituição e que o Exército, depois de lambidas estas feridas a que temos feito referência, evidentemente, continuará a ser uma instituição, como o é, absolutamente crucial dentro do País.

Sobre as medidas, logo a seguir ao furto, suponho que esteja a referir-se ao conjunto de diretivas, nomeadamente medidas relativamente à gestão de processos, etc. Tudo isso está amplissimamente aqui demonstrado e, repito, aí, se calhar, sim, é que está aquilo que interpretou como a minha arrogância: fico muito contente, e digo-o com toda a sinceridade, que, aparentemente, as medidas que cabiam ao Governo não foram, em nenhuma circunstância, em nenhuma circunstância, repito, postas em causa do ponto de vista da eficiência e do ponto de vista do resultado. Aí dou-lhe de barato que fico muito contente com essa ausência de críticas e, agora, o Sr. Deputado está confortado relativamente à opinião que tem sobre as minhas respostas.

Quanto ao sistema de segurança suponho que a questão que colocou era relativamente à articulação entre entidades.

Vou confessar-lhe que não tenho competência para exprimir uma opinião, mas apenas para exprimir um desejo, isto é, embora me pareça que tenha havido um exagero patético na forma como se disse que só tinha sabido, que não sei quê... Houve um exagero que a política, às vezes, explica — e, se calhar, eu também participei nesses exageros — acho que há possíveis afinações do ponto de vista não tanto do conhecimento, mas da partilha de informações no sentido de que — embora se trate de um processo culturalmente...

«Roma e Pavia não se fizeram num dia!» e também não estou convencido que se possa fazer isto num dia, mas penso que poderá haver afinações no sentido de que, e as diferentes entidades, que, felizmente, estão a ficar mais integradas e a partilhar mais informação, que esse ponto seja trabalhado. Acredito que se reforçará a eficiência do sistema de segurança tal como o descreveu.

Sobre as conversas com a Ministra da Justiça, de certeza que sobre Tancos falámos, desde logo porque, como saberá, o Ministro da Defesa

Nacional está ao lado da Sr.^a Ministra da Justiça, mas em tudo o que contendesse com andamento da investigação, que nem a Sr.^a Ministra da Justiça sabia, e questões de competência não falámos...

O tal recato, permito-me utilizar a expressão a que recorreu a Sr.^a Deputada Berta Cabral, também existe entre colegas de Governo. Era uma questão que, essencialmente, respeitava à Defesa Nacional.

Porém, não se pense que o Ministro é um ser etéreo que está ausente das coisas da vida. A própria expressão «Tancos», e eu fiz uma recolha no Google — posso fazer uma recolha mais aprofundada — e o número e a natureza das informações que estão neste momento à disposição sobre todo este caso é absolutamente avassalador. Sobre quem disse o quê, o que é que foi a reunião, quem falou, quem não falou, as expressões, as consequências, as zangas, as tomadas de posição, as posições jurídicas, a referência ao Dr. Rui Pereira como alguém próximo da área do Governo, sendo, aliás, difícil de compreender que pudesse ser, etc., tudo isto mostra que era impossível não estarmos permanentemente não digo a ver exposta, mas a ser convocados para aquilo que estava a acontecer.

Não creio que seja justa a acusação de desvalorização, pelo contrário, se há coisa que o Governo e, em particular, o Primeiro-Ministro sempre deu como orientação foi que, de uma vez por todas, este Governo tinha de enfrentar uma questão de fundo que era a da segurança das infraestruturas militares.

Portanto, há aqui uma orientação indiscutível, com uma expressão concreta indiscutível, com resultados indiscutíveis, sem querer estar a apontar para trás, aliás, qualquer pessoa de boa-fé concordará que entre o antes e o hoje é possível compilar uma diferença absolutamente esmagadora do ponto de vista da que é a missão que, na área da defesa nacional, deve ser realizada relativamente ao material de guerra à guarda das Forças Armadas.

Do ponto de vista quase de cidadania, hoje não tenho dúvidas de que o que foi feito num tempo muito curto — e tenho de elogiar publicamente as Forças Armadas, não só o Exército, como também o anterior e o atual CEMGFA — foi um esforço notável que, depois, a certa altura, vai para lá do Ministro da Defesa, como é evidente, para transpor em concreto aquilo que é uma preocupação de todos, repito, honra as Forças Armadas.

Sobre a Lei de Programação Militar, o General Rovisco Duarte — creio, aliás, ser público — expressou, em nome do Exército, discordância em relação a algumas das opções da que hoje, e dou os parabéns aos Srs. Deputados por esse facto, já é a Lei de Programação Militar. Com lealdade, deu-me conta dessa discordância e procurei explicar-lhe, com toda a transparência, quais eram as opções fundamentais que tinham levado às orientações definidas. Esse é um facto que, como vê, assumo com toda a serenidade.

Quanto à demissão do Sr. General Rovisco Duarte, permito-me chamar a atenção: eu já não era Ministro da Defesa. Portanto, seria de uma grosseria e de uma má educação estar agora a comentar o que quer que fosse sobre esse assunto.

Sobre o desconforto da Polícia Judiciária Militar, tive ocasião de dizer, que o senti várias vezes. Foi, aliás, expresso na reunião em Tancos de 4 de julho. Foi, depois, formalizado no memorando de 4 de agosto, de onde não se extrai mais nada. Extrai-se a discordância quanto a essa opção. Portanto, a resposta é positiva.

Quanto à investigação paralela, também creio ter sido já claro e conciso na resposta. Não chamaria «investigação paralela», não dou esse passo, porque aquilo que é transmitido é a ideia de um informador que não pressupõe necessariamente investigação paralela.

Mas a ideia da discrepância entre a forma como a Sr.^a Procuradora entendia o que estava a ser feito pela PJ e aquilo que pela PJM tinha sido

feito é um dado objetivo que, repito, conhecia, desde a conversa com a Sr.^a Procuradora-Geral da República.

Quanto à questão de existir uma falha do Exército, a questão foi colocada pela Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha relativamente às discrepâncias, devo dizer que houve, evidentemente, uma falha do Exército no registo, quanto às existências, que veio, como sabemos todos, a traduzir-se, depois, em episódios que muito gostaria que não tivessem existido, como sejam, haver material dito a mais que apareceu e foi possível demonstrar porque é que tinha aparecido; haver, como sabemos também, uma posição do Ministério Público que considera que é material a menos que ainda não foi recuperado.

Depois, permitam-me chamar a atenção para um documento que está na posse desta Comissão que é onde se faz um acerto de existências em agosto de 2017, salvo erro, de mais de uma página, com material EOD que se tinha detetado que não correspondia. Digo isto sem qualquer intuito crítico, mas era óbvio naquela altura, como foi óbvio na conclusão deste documento, que havia um passo muito importante que tinha de ser dado que era o da criação de um sistema de gestão comum de existências não que fosse conhecido do Ministro — não tem o Ministro da Defesa de saber se há um obus ou se há 30 balas, não tem de conhecer isso —, mas que fosse possível, em situações de falhas ou em situações inspetivas, ir demonstrando o que existia.

Por isso também a intervenção, que quis que fosse importante, da Inspeção-Geral de Defesa Nacional neste processo, além da dos ramos, em processos de auditoria que foram muito aprofundados e que definiram as que deviam ser as soluções e os caminhos a adotar quer pelos ramos, quer também pelo próprio Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Quanto à questão da segurança nacional que foi colocada pelo Sr. Deputado Diogo Leão, tenho dificuldade em exprimir uma opinião porque

considero que quem tem competência para definir isso é um sistema que está definido por lei, com entidades que estão definidas por lei.

Posso registrar, e, para mim, essa é a posição que vale, que essas entidades, que são o que de melhor e mais competente tem Portugal nesta área, dizem que não se justifica uma alteração dos níveis de segurança em Portugal, em resultado do furto de Tancos, e que, em momento posterior, foi possível verificar que, independentemente, repito, da gravidade do furto, houve uma parte desse material com mais capacidade explosiva e, digamos, letal que estava obsoleto e não podia ser utilizado sob pena de risco para o seu utilizador, mais confortado fico, porque, se calhar, esse é um argumento de maioria de razão.

Se, com o universo do material furtado, as entidades todas que intervieram na reunião do Sistema de Segurança Interna entenderam que não se justificava uma alteração no nível de segurança no País, que era médio, por maioria de razão, devo dizer que, se do universo do material que era conhecido, havia uma parte que não estava em condições de funcionamento normal, tenderia a dizer que essa pronúncia me conforta.

Portanto, nesse sentido, acho que, do ponto de vista institucional, «o seu a seu dono». Li as teses mais extraordinárias sobre onde estavam as armas. Até as colocaram no Porto! Não sei se era por causa de ser a residência do Ministro, mas colocaram-nas no Porto. Até no Porto havia uma rede qualquer como hipótese que podia ser a destinatária do armamento. Foram colocadas no Magreb, no Extremo-Oriente, algures pelo País.

Nessas coisas, acho que quem tem competência para investigar investiga e quem tem competência para fazer uma avaliação substantiva da natureza do material furtado e da sua perigosidade ou risco para a segurança nacional o define.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Professor Azeredo Lopes.

Segue-se agora a última ronda em que cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos e, individualmente, cada Deputado dispõe de 2 minutos.

Pausa.

Então, estão inscritos o Sr. Deputado Rui Silva, pelo PSD, o Sr. Deputado Telmo Correia, pelo CDS-PP, e seis Deputados do Partido Socialista, a título individual.

Não está presente o Sr. Deputado João Vasconcelos, mas já me havia referido que tinha um compromisso parlamentar noutra comissão.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em jeito de conclusão, queria dizer ao Sr. Professor que a informação que temos, baseada em documentos, é que, entre o despacho de cabimento e a sua decisão, decorreram, de facto, 73 dias, o que não quer dizer que todo este período lhe seja diretamente imputável a si. Obviamente, terá passado pelo Sr. General Rovisco Duarte, etc., mas entre o despacho e a sua decisão, e é essa a informação que temos, passaram 73 dias. É um detalhe, não é aí que está centrado o essencial das nossas preocupações.

Queria dizer-lhe também, em relação à memória, que registo a sua memória positiva sobre muito do que foi a sua ação de governo. O que me espanta é que, perante um facto desta gravidade, que foi seguramente para o seu mandato, enquanto Ministro da Defesa, o facto mais relevante, mais importante, mais gravoso, como foi o furto do material de Tancos, uma informação deste tipo do seu Chefe de Gabinete, tenha dito primeiro que não sabia bem se tinha visto o documento ou não, que só se recordava do informador, mas não das outras coisas que lá estavam contidas. Isso é que nos parece um pouco surpreendente, por assim dizer.

Compreendo a análise que faz sobre os louvores, sabemos que assim é, mas esta medalha era atribuída pelo Ministro da Defesa Nacional. Era a medalha de Defesa Nacional, medalha essa que tem uma atribuição especial do Ministro, pelas próprias características da medalha, e foi atribuída, com o que se sabia, a um inspetor da Polícia Judiciária Militar. Houve, pelo menos, alguma falta de cautela, diria eu.

Quer dizer, deveria haver, pelo menos, um sinal de alerta junto do Ministro, na altura, para se dizer «Então vamos atribuir uma medalha, depois do que sabemos da atuação da PJM e das dúvidas que existiram?!».

Por outro lado, diz o Sr. Professor que não falou com o Sr. Primeiro-Ministro, nem o avisou. Não vou obviamente duvidar da sua palavra, não tenho nada que me leve ao contrário, mas sei que o Sr. Primeiro-Ministro, depois de saber desta matéria, já o disse há pouco e repito, depois de ter a informação do seu Chefe de Gabinete, declarou publicamente não saber.

Isso sei, mas essa é uma questão que não é para si, é para o Sr. Primeiro-Ministro. A si, a única coisa que posso dizer é que se não informou o Sr. Primeiro-Ministro devia tê-lo feito. Devia ter informado o Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Professor!

O Dr. António Costa, no dia 20 fez uma declaração pública em que felicita o trabalho da Polícia Judiciária Militar e da GNR por causa de Tancos. Houve uma declaração pública do Sr. Primeiro-Ministro!

Ora, no dia 20, a sua conversa com a Sr.^a Procuradora-Geral da República já tinha ocorrido no dia 18. Portanto, a partir do dia 18, era inequívoco que tinha havido uma atuação, sejamos brandos, irregular, eventualmente, ilegal, inaceitável.

Temos um Primeiro-Ministro do Governo da República a felicitar uma instituição que tinha agido de forma ilegal, logo, a forma como o Governo tratou desta matéria é errada.

A última pergunta que lhe faço é se nunca lhe passou pela cabeça apresentar a sua demissão em função do que foi sabendo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva, nos mesmos termos.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Professor Azeredo Lopes e dizer-lhe que estranhei inicialmente — e tenho muita dificuldade, gostaria de adotar, mas não consigo — o ar angelical com que nos brindou. Já não me surpreendeu nada o ar de alguma superioridade moral com que me habituei a vê-lo, enquanto Ministro da Defesa, na Comissão de Defesa Nacional e que se consubstanciou na atitude que teve perante a expressão da Deputada Berta Cabral relativamente aos episódios que, embora com diferentes gravidades, aconteceram durante a sua gestão do Ministério da Defesa.

Queria dizer-lhe também que corroboro a surpresa do Grupo Parlamentar do CDS em relação à memória seletiva que apresenta. Mas para isso tenho alguma justificação científica, porque, de facto, quando a memória vai ficando mais difusa, são os episódios mais recentes que esquecemos mais rapidamente e os antigos ficam mais claros.

Disse-se aqui que nenhum político foi informado de como estava a situação de degradação dos paióis de Tancos, mas a verdade é que um foi informado e foi o Sr. Ministro pelo General Rovisco Duarte que tomou posse em 14 de abril de 2016, tendo o furto ocorrido em junho de 2017. Portanto, o Sr. Ministro teve um ano para tratar do problema de Tancos.

Repare: o Sr. Ministro ufana-se do relatório de Tancos e de como rapidamente, em 73 ou 32 dias, se tomaram decisões para a retificação da rede. Mas é verdade que, após o furto, em muito menos tempo tomaram uma decisão que foi a de transferir as armas para outros paióis. É curioso como

antes, durante tantos, tantos anos, ninguém se lembrou de uma solução que estava ali à mão.

Queria dizer-lhe ainda, Sr. Ministro, que é curioso como um conjunto muito alargado de pessoas foi afastado e foi demitido ao longo deste período. O Sr. Ministro foi depois de o assessor militar do Primeiro-Ministro, General Vasconcelos, ter dado o célebre memorando apócrifo, como refere, que se demitiu.

Há um conjunto de gente, como o General Menezes, o General Calçada, o General Serafino, o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, General Martins Pereira, o assessor militar do Primeiro-Ministro, Almirante Montenegro, o CEME, Rovisco Duarte, todos eles foram estrategicamente afastados.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não foram nada! Oh!

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Repito, foram estrategicamente afastados com demissões e com as situações que foram explicando. E até hoje não houve coragem de referirmos as responsabilidades políticas que houve neste caso.

Algumas das perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já indiciam alguma preocupação em relação ao futuro relatório. De facto, os militares, todos eles, têm culpa, veremos como é que o poder político irá responder e sair deste caso.

Gostava de terminar, Sr. Ministro, dizendo-lhe que é muito fácil imputarmos culpas às hierarquias e a quem está no terreno, mas os últimos responsáveis são o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Professor Azeredo Lopes, o que aconteceu em Tancos foi grave para o prestígio do Exército, para as Forças Armadas e para o País.

Se não era expectável que fosse o próprio Ministro da Defesa a evitar o furto, o Governo ficava obrigado a responder no imediato de acordo com as suas atribuições e competências. Foi isso que o Governo fez, Sr. Ministro?

Aliás, antes do furto em Tancos, e depois de várias décadas a avolumar problemas, sabemos que foi o atual Governo que começou a resolver a situação de abandono e o desleixo que encontrou.

No período de três anos, entre 2015 e 2017, o total de investimento na melhoria das condições de segurança no Exército, nomeadamente ao nível de infraestruturas, foi de 1,7 milhões de euros, montante já ultrapassado e em muito.

O Governo, mais do que reagir a um problema crónico, agiu na prevenção. Todos sabemos que o País viveu constrangimentos financeiros significativos que, segundo o relatório do Exército sobre as causas de Tancos, inviabilizaram a modernização de infraestruturas.

Logo após o incidente, foi determinada a realização, por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, de uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança do armamento e do equipamento militar. Foi determinada a apresentação, pelos chefes dos ramos, de um relatório sobre as condições de segurança das instalações militares, do armazenamento do material de guerra, munições e explosivos. A segurança das instalações era mesmo uma prioridade.

Se não foi dado conhecimento ao poder político das falhas em Tancos, então que se procurasse averiguar o que acontecia não só em Tancos, mas nas instalações de todos os ramos das Forças Armadas. Foi isto que se fez e fez-se bem.

Foi solicitado o envio de propostas e recomendações para colmatar as fragilidades encontradas. Essas propostas e recomendações foram operacionalizadas para tomar medidas concretas de prevenção que evitassem a repetição de acontecimentos como os que conhecemos.

Não se pede ao poder político que dê respostas que só uma investigação criminal pode dar. Não se pode pedir ao poder político que avalie as infrações que são da competência militar.

Pedia-se, neste caso, que respondesse às consequências e tudo fizesse para as mitigar. Foi isso que foi feito.

De maneira que terminava com duas perguntas: o poder político assumiu as suas competências? Garantiu que a segurança militar fosse reforçada e melhorada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, em seguida, a Sr.^a Deputada Sandra Pontedeira.

A Sr.^a **Sandra Pontedeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Azeredo Lopes, o furto aos Paióis Nacionais de Tancos presume-se que tenha acontecido a 27 de junho e foi detetado a 28 de junho de 2017.

Se o estado das condições de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos não era adequado, o comportamento de alguns responsáveis por fazer a segurança das instalações no dia em que aconteceu o furto também não foi o melhor.

O que aconteceu em Tancos nesse dia está averiguado e foi provado documentalmente. Ficou provado através das averiguações levadas a cabo que quem tinha de cumprir as obrigações de segurança naquele dia e, provavelmente, em muitos outros, infelizmente, não as cumpriu: um praça que, apesar de saber que não tinham sido realizadas rondas, incitou os restantes a prestarem falsas declarações; um sargento que, enquanto

comandante da guarda de polícia aos Paióis Nacionais de Tancos, não constituiu qualquer patrulha, nem ordenou a execução de qualquer ronda conforme determinação das NEP; um oficial que, no exercício das funções de oficial de dia ao Regimento, não executou, nem mandou executar nenhuma ronda ao perímetro exterior, não dando, assim, mais uma vez, cumprimento às diretivas.

Tudo isto e três processos disciplinares. Isto permite-nos dizer que no dia em que se presume ter havido o furto não foi determinada a realização de rondas aos Paióis Nacionais de Tancos, ficando estes sem qualquer controlo durante, pelo menos, 20 horas.

De acordo com o que aqui tem sido relatado, nem o SISMIL, nem os Serviços de Informações tinham algum tipo de informação prévia que pudesse antecipar o que aconteceu em Tancos. Não pode ser da responsabilidade do Governo o facto de não ter havido circulação de informação entre o Exército, os Serviços de Informação da República Portuguesa e o Sistema de Segurança Interna. Tal como não pode ser acusado o Governo de não ter respondido a tudo o que as Forças Armadas lhe solicitaram no momento em que houve o assalto.

Não nos apreze que pudesse ser este Governo a evitar que o furto tivesse acontecido quando foi o próprio que começou a resolver os problemas de Tancos.

Não nos parece que pudesse ser o Ministro da Defesa de então a avisar o Exército de um possível assalto ou que, no limite, fosse o Ministro da Defesa verificar se os soldados cumpriam ou não com o seu dever de segurança às instalações.

Muito obrigada pelos esclarecimentos trazidos hoje a esta Comissão, Sr. Professor.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Odete João.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Professor Azeredo Lopes e todos os colegas Deputados.

A 1 de julho de 2017, o General Rovisco Duarte tornou pública a sua decisão de exonerar os comandantes das Unidades que faziam a segurança dos paíóis de Tancos. Na altura referiu que era necessário criar todas as garantias de que as averiguações em curso decorriam de forma absolutamente isenta e transparente.

Ao mesmo tempo, é mandado realizar uma inspeção extraordinária aos Paíóis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida e é feito o despacho para a abertura de três processos de averiguações.

A 17 de julho, estes mesmos comandantes são readmitidos com a infirmação do Sr. General de que estavam ultrapassadas as razões que justificavam a exoneração.

Naturalmente que, neste tempo que decorreu, muito se disse sobre a exoneração e readmissão destes comandantes. Mas entre o que são as tricas entre generais, o que nos interessa aqui saber é se o Prof. Azeredo Lopes, à altura, Ministro da Defesa, foi informado antecipadamente dessas exonerações ou se foi apenas o foi depois de ser tomada a decisão pelo ex-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Sabemos todos que a decisão de exonerar os comandantes das Unidades era da responsabilidade do Sr. General Rovisco Duarte e não do Sr. Ministro da Defesa. E ele disse-nos que essa decisão tinha sido tomada por ele, que não tinha sofrido qualquer pressão política, nunca.

Portanto, a pergunta que lhe faço, Sr. Professor, é se, de facto, teve conhecimento *a posteriori* desta decisão e se teve alguma conversa antecipada com o Sr. General antes da exoneração.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, o Sr. Deputado Jorge Gomes. Faça favor.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor Azeredo Lopes, cumprimento-o com muito respeito e amizade.

Todos ficámos satisfeitos com a recuperação do material militar em outubro de 2017. Com o que não nos podemos congratular é com a atuação da Polícia Judiciária Militar e com a forma como paralelamente levou a cabo uma operação para recuperar esse mesmo material.

Hoje, mais de um ano depois do anúncio da recuperação do material, depois de desencadeada a Operação Húbris e depois dos testemunhos que ouvimos nesta Comissão e pela visão holística que agora todos temos, chegámos facilmente a essa conclusão.

Coisa diferente é chegar à conclusão de que se tratava de uma operação ilegal um ano antes e tudo se ter tornado público, porque os próprios autores dessa operação ocultaram grande parte da informação relevante que nos permitiria perceber isso.

Que não haja dúvidas: o Ministério Público era e é, porque ainda decorre um processo, a autoridade judiciária competente neste caso. Como tal, pode contar com a PJ e a PJM, no papel de coadjuvantes.

No caso específico de Tancos, a PJM tem competência reservada para investigação de crimes cometidos no interior de Unidades e Estabelecimentos Militares e foi nesse sentido que foi contactada no dia 28 de junho de 2017 para se deslocar ao local da ocorrência.

Ora, acontece que se, no imediato, o sucedido se enquadrava nas competências reservadas da PJM, o desenrolar das investigações veio a demonstrar que o que se tinha passado em Tancos se poderia integrar numa realidade mais vasta de crimes como os de associação criminosa, tráfico internacional de armas, terrorismo, terrorismo internacional, entre outros.

Por isso mesmo, decidiu o Ministério Público que a investigação deveria prosseguir no âmbito de um inquérito mais vasto no DCIAP

Sobre esse aspeto, o comunicado do Ministério Público é bastante claro: é coadjuvado pela Unidade Nacional Contra Terrorismo da Polícia Judiciária, com total colaboração institucional da PJM.

Ora, o que se passou, na verdade, foi que a PJM prosseguiu de forma independente as suas diligências de investigação, sem informar a PJ e o Ministério Público das diligências, montando, ao que parece, uma ação encoberta que só a PJ tinha competência para realizar.

Termino, Sr. Presidente, não há qualquer parecer jurídico que sustente a opção tomada. A operação da PJM não foi feita em conjugação de esforços com a PJ e isso é ilegal.

Nenhuma investigação criminal pode ser feita à revelia do Ministério Público. A PJM não poderia tê-lo feito e talvez até o tenha feito sabendo disso.

Lamentamos que as coisas tenham acontecido nesses moldes e lamentamos igualmente que se tenha tentado usar o poder político para dissuadir e encobrir responsabilidades que não são de mais ninguém a não ser de quem as colocou em prática no terreno, à margem da lei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Leão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, muito temos falado sobre memorandos nesta Comissão.

Afinal parece que há mais do que um e há um a que se chama memorando mas que, na verdade, não é memorando nenhum.

Como aqui nos disse o Sr. Major Vasco Brazão e cito: «não é nenhum memorando, é um documento onde é descrito de forma muito sumária o que aconteceu».

Creio ser útil olharmos para mais algumas declarações dadas por este oficial sobre este tal memorando apócrifo. À pergunta objetiva, qual era a finalidade do memorando?, o Sr. Major Vasco Brazão, e cito, «informar o Sr. Ministro da realidade não era», dizendo-nos assim que o que lá estava escrito, para além de sumário, não correspondia à realidade.

Ora isto não é uma dedução nossa porque, efetivamente, à pergunta, o que está no memorando corresponde à realidade?, a resposta do Sr. Major foi um categórico, e cito novamente, «não».

Disse-nos ainda o Sr. Major Brazão outra coisa que corrobora essa versão sumária dos acontecimentos e cito: «a ideia era colocar um número reduzido de pessoas e ações no memorando». Ora, o que figura neste memorando sem timbre, sem data, sem assinatura, com uma narrativa de aspetos incoerentes, sem qualquer contextualização adicional, coloca-se na perspetiva de contactos para operações para a recuperação do material, o qual, pela sua versão sumária e pela versão justamente omissa em pessoas, em ações, em factos, não permite seja a quem for, muito sinceramente, sem o conhecimento posterior que resulta quer do que se sabe da Operação Húbris, quer do conhecimento integrado dos factos que agora temos, deduzir claramente que houve uma encenação ou um encobrimento.

Não é entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que qualquer outro membro do Governo ou que qualquer membro de um órgão de soberania estivesse a par de qualquer operação de encenação ou encobrimento que possa ter sido desencadeada por elementos da PJM, por elementos da GNR.

Foi o próprio Major Vasco Brazão que, nesta Comissão, afirmou — e cito, novamente — «o Sr. Ministro, que eu saiba, não tinha qualquer envolvimento no que se veio a passar». E, Sr. Presidente, ao longo de 44 audições — esta é a 45.^a desta Comissão — todos os indivíduos militares ou civis, independentemente das suas qualidades, todos aqueles que foram

questionados sobre o conhecimento de alguma ilegalidade cometida por parte do poder político, relacionado com o caso de Tancos, recusaram, negaram essa hipótese.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, queria apelar à sua boa vontade para deixar intervir a Sr.^a Deputada Fátima Ramos, uma vez que ela assim o solicitou.

Apesar de não ser regimental, não seria de bom-tom que, nesta última reunião, a Sr.^a Deputada não pudesse usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, referi, de modo perfeitamente claro, que os grupos parlamentares dispõem de 3 minutos e os Deputados, a nível individual, de 2 minutos, e aceitei as inscrições.

A Sr.^a Deputada Fátima Ramos não se inscreveu. Ainda assim, posso dar-lhe a palavra, se for a deliberação desta Assembleia. Mas, obviamente, há regras, do mesmo modo, aliás, que o Sr. Deputado João Vasconcelos, não tendo estado na sala, não teve sequer a oportunidade de usar dos 3 minutos...

Vozes impercetíveis.

Havendo essa abertura, dava, então, se ela assim requerer, a palavra à Sr.^a Deputada Fátima Ramos, por dois minutos.

O Sr. Deputado João Vasconcelos terá também direito a fazer uso da palavra por 3 minutos — porque é o tempo atribuído ao Grupo Parlamentar —, e presumo que o Sr. Deputado Ascenso Simões use também, depois, da palavra.

Tem, assim, a palavra, por dois minutos, a Sr.^a Deputada Fátima Ramos.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados,...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, só queria perceber porque é que se altera a ordem de intervenção?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, a ordem altera-se porque se mantém a ordem, ou seja, as rondas começam todas pelo Sr. Deputado João Vasconcelos — não começou neste caso porque, obviamente, o Sr. Deputado não se encontrava na sala — e o último a falar, por rondas, em todas as rondas, foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, portanto, volta a suceder assim nestes termos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, a função principal de um Estado é a salvaguarda das condições de segurança de um povo.

Foi roubado material bélico de elevada perigosidade. Este material foi roubado no tempo em que o Sr. Professor era Ministro da Defesa, tendo como Primeiro-Ministro o Dr. António Costa.

Nesta Comissão foram referidas afirmações graves, quer quanto ao estado de perigosidade do material, quer quanto ao estado em que se encontravam os paióis de Tancos.

Hoje, assistimos aqui a diversas declarações, por parte dos Srs. Deputados do Partido Socialista, que mais não parecem do que querer omitir as responsabilidades dos políticos. E os políticos, de facto, existem para

governar e existem para cuidar. Existem para cuidar da segurança de um povo e, de facto, os senhores não cuidaram dessa segurança.

Em algumas audições que aqui tivemos, verificámos que várias pessoas, nomeadamente os políticos, desde o senhor, hoje, ao assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, mostraram uma elevada amnésia relativamente a todos os factos que são importantes. Factos esses que tiveram que ver quer com o memorando quer com o desconhecimento do estado das próprias instalações.

Da mesma forma, no decorrer do processo, assistimos a algumas intervenções por parte de V. Ex.^a que, de facto, demonstravam um total alheamento face à gravidade do que estava em causa.

Por isso, Sr. Professor, pergunto-lhe se não acha que, num Estado de direito, a primeira responsabilidade perante a segurança das pessoas é do Governo. Ou acha, como se está aqui a querer fazer supor, que a responsabilidade é daqueles que cumprem, muitas vezes, as ordens do próprio Governo, e que têm de as cumprir gerindo os poucos recursos que têm ao seu dispor?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, até três minutos, o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, peço desculpa por me ter ausentado, mas tive de estar presente numa reunião de outra comissão, pelo que agradeço que me tenha dado a palavra.

Nesta minha intervenção quero dizer que, através das várias audições que tivemos nesta Comissão — sendo grande parte dos intervenientes, especialmente, militares — e também através dos documentos a que tivemos acesso, nomeadamente o relatório sobre Tancos, há uma constatação

evidente: os Paióis Nacionais de Tancos, desde o ano 2000, têm vindo a degradar-se sucessivamente.

Havia sistemas de videovigilância e sensores que não funcionavam, o que foi, por exemplo, agravado nos anos de 2011, 2012 e 2013, também na vigência do anterior Governo. Portanto, há responsabilidades militares, mas também há responsabilidades políticas, abrangendo, com certeza, vários governos. Temos, por exemplo, a Defesa 2020, do Ministro da Defesa do Governo de PSD e CDS.

Provavelmente, o seu antecessor soube aquilo que se passava nos Paióis Nacionais de Tancos e teve acesso a relatórios, teve acesso a ofícios. Isto foi aqui confirmado, que esses relatórios eram reportados, que eram reportadas diversas lacunas.

Portanto, os problemas existiam nos Paióis Nacionais de Tancos, desde a rede periférica, que não funcionava, que estava numa situação calamitosa, passando pelos sistemas de videovigilância — e lá estivemos, a verificar aquilo que mais parece digno de um país de terceiro mundo — e há, de facto, aqui responsabilidades.

É verdade que o Sr. Professor, ainda antes de pedir a demissão — e isso é notório — tomou algumas medidas, algumas iniciativas para colmatar essas deficiências. Isso é um facto. E até, inclusivamente, não deixa de ser estranho, haver um despacho de 5 de junho de 2017, que sai um pouco mais tarde, dia 28, e, curiosamente, no dia 28 de junho, haver um assalto aos Paióis Nacionais de Tancos. Perguntava, por isso, ao Sr. Professor, que coincidência, afinal, é esta, porque para o Bloco de Esquerda é estranho que isto aconteça.

Para finalizar, Sr. Professor: o General Rovisco Duarte, nesta audição, referiu que a sua demissão — a do General Rovisco Duarte — não se deveu aos acontecimentos de Tancos, mas sim a divergências que tinha em relação à Lei de Programação Militar.

O que queria perguntar é se tem conhecimento dessas divergências, que divergências foram essas, e se, efetivamente, o Sr. General Rovisco Duarte vinha manifestando essas divergências, em que ponto da situação o fez. Ficamos aqui, um pouco espantados com essa situação, não conseguimos perceber se, efetivamente, essas divergências foram notórias, foram muito grandes ou se aquilo foi apenas uma desculpa do Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar a terceira e última ronda, tem a palavra, por 2 minutos, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, estamos na última audição deste conjunto de audições que a Comissão decidiu fazer no sentido de apurar responsabilidades e propor medidas a serem desenvolvidas, no âmbito do Ministério da Defesa, dos ramos e de outras entidades que tenham estado ligadas a este triste acontecimento que foi o furto de Tancos.

Todos temos as nossas opiniões, pessoais, e os partidos têm também a sua estratégia e as suas opiniões políticas. Mas há uma coisa que é muito importante que tenhamos presente: independentemente das nossas posições, pessoais ou políticas, importa que esta Assembleia esteja à altura da circunstância. Portanto, aquilo que esperamos é que, fundados em afirmações, em documentos, em confirmações, que chegaram a esta Comissão ou que foram trazidas a esta Comissão por qualquer uma das entidades que aqui foram ouvidas, fundados em documentos ou em informações que aqui foram trazidas, possamos fazer um relatório que tenha o mais amplo consenso possível e que honre a Assembleia da República.

Temos as nossas posições, mas também temos uma obrigação. E para essa obrigação espero que todos estejamos à altura do desafio que nos foi entregue nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Agradecendo a intervenção de todos os Srs. Deputados, dou a palavra ao Sr. Prof. Azeredo Lopes para responder às questões que foram colocadas.

O Sr. Prof. Dr. **José Alberto Azeredo Lopes**: — Começava, então, pela intervenção do Sr. Deputado Telmo Correia.

O Chefe de Gabinete transmitiu-me, por telefone, os aspetos que considerou essenciais do documento que tem aqui sido muito tratado. Não me leu o documento todo, e continuo a insistir que considero que o critério dele foi de lealdade e corresponde àquilo que era o contexto, muito particular, que procurei explicar e que acho que é objetivamente demonstrável.

Em relação à questão do louvor e da medalha, não tenho de me pronunciar sobre aquilo que é a sua opinião. E chamo a atenção para a circunstância de me parecer que a PJM não pode ser castigada, como instituição, devido aos factos infelizes que vamos conhecendo.

Não vou, de modo nenhum, pronunciar-me sobre o destino da Polícia Judiciária Militar. Tenho, no entanto, por uma questão e um dever de honra, de dar conta de que, durante o meu mandato — e com à-vontade, porque não fui sequer eu quem nomeou inicialmente o Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar —, essa instituição enfrentou, aí sim, em colaboração sã, tanto quanto sei, com a Procuradoria, com o DCIAP etc., casos muitíssimo difíceis, como o são aquele das messes da força aérea e, porventura ainda mais difícil — até pelas circunstâncias pessoais do Diretor-Geral, que é, como sabem, Comando —, a questão dos Comandos e a forma como foi enfrentada, e não estou, evidentemente, aqui, a validar ou a infirmar a investigação que foi feita.

Portanto, é com essa mesma serenidade, que me dá olhar para a dimensão institucional, que eu defendo aquilo que, no contexto, no momento em que tomo a decisão, foi feito, sabendo-se, também, como o Sr. Deputado, aliás, com honestidade, disse, que aquele é um processo muito típico e muito particular de atribuição de louvores.

Quanto à questão da minha demissão, o Sr. Deputado perguntou-me se não ponderei, mais do que uma vez, apresentar a demissão, foi isso? Ponderei, muitas vezes; muitas vezes.

Aliás, acredite que tenho — se calhar pela serenidade que me dá a minha vida anterior e a minha profissão —, e sempre tive, uma noção estritamente funcional daquilo que vamos fazendo pela causa pública. E tanto a tinha que, quando considerei que estava a fazer-me mal e, sobretudo, que não estava a fazer bem no quadro funcional que tinha, imediatamente apresentei a minha demissão, no contexto que é sabido.

Quanto às observações do Sr. Deputado Rui Silva, não vou, evidentemente, pronunciar-me sobre elas. Tenho, no entanto, de fazer uma correção, para defender a honra das pessoas.

Primeiro, dos casos que referiu, não demiti ninguém.

Em segundo lugar, tenho de o corrigir, porque a saída, ou a cessação de funções, por exemplo, do meu chefe de gabinete, não se deveu a nenhum afastamento, deveu-se a uma obrigação estatutária, porque ele foi promovido a General de três estrelas.

O Sr. Deputado saberá que, quando se passa a General de três estrelas, não se pode continuar como chefe do gabinete e, por isso, agradecia-lhe que afastasse essa relação de causa/ efeito, que nesse, como noutros casos, nomeadamente o do assessor militar anterior do Sr. Primeiro-Ministro e outros, estabeleceu.

Quanto ao resto, como pode imaginar, não vou sequer pronunciar-me sobre isso.

Relativamente às perguntas que me foram colocadas sobre o poder político e as suas competências, e a garantia de que foi reforçada a segurança, acredito firmemente, primeiro, naquilo que considero ser demonstrável: o empenho do poder político na resolução e ao enfrentar os grandes desafios que este caso suscitou. Portanto, considero que é demonstrável o empenho — e isso posso eu testemunhar pessoalmente — do Sr. Primeiro-Ministro, do Governo, e, naturalmente, num plano abaixo, do Ministro da Defesa, em fazer tudo o que fosse possível para que, do ponto de vista governativo, se enfrentasse aquilo que era dever enfrentar.

Não preciso, para isso, de falar do que foi feito, do que não foi feito e do estado em que estava aquilo que agora nós designamos como as instalações militares com material militar à guarda das Forças Armadas.

Isto significa também que a resposta à pergunta direta que me é colocada, sobre se eu considero e se posso garantir que foi reforçada a segurança, é que eu acho que é indiscutível que essa segurança foi muitíssimo reforçada em relação ao estado que o Governo encontrou quando iniciou funções e que o Governo definiu quando teve lugar o furto de Tancos.

Procurando só circunscrever-me às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Odete João, quero dizer-lhe que não fui informado, para efeitos de aprovação, das exonerações e, por razões evidentes, não pressionei. Penso ter sido informado imediatamente antes da ida do Sr. General à televisão, mas não posso jurar. Penso que sim e espero que sim, porque seria uma prova de... Mas a minha ideia é a de que terei sido informado mesmo antes de o Sr. General ir comunicar esse facto na entrevista televisiva que deu no dia 1 de julho.

Relativamente à intervenção da Sr.^a Deputada Fátima Ramos, também não vou pronunciar-me sobre as suas considerações, mas posso dizer-lhe que a segurança das pessoas é, em última instância, sempre, responsabilidade do poder político, e tenho uma noção do poder político não como «os políticos»,

porque essa expressão parece, logo à partida, conotada, mas considero que numa comunidade de pessoas, a que chamamos Estado, então, se for numa democracia, por maioria de razão, é o poder político que tem a responsabilidade principal de velar pela segurança das pessoas, pela segurança interindividual, pela segurança na sua dimensão preventiva, pela segurança relativamente a ameaças externas e pela segurança relativamente a consequências que possam resultar do acesso ao público de material desta natureza.

Sucedo – e digo isto para não ser acusado de arrogância ou de outra coisa – que num mundo de pessoas ainda não é possível garantir a perfeição e, portanto, o dever que se constitui, para qualquer poder político, é o de, perante uma situação crítica ou grave, responder por aquilo que faz. O que é que fez? Como é que fez? Que meios disponibilizou? Qual é a valia da sua decisão? Sendo que a valia de uma decisão é apreciável, a meu ver, de forma objetiva.

Repito, e agora corro o risco de ser considerado petulante ou orgulhoso, que não vi, em substância, nenhuma crítica substantiva àquelas que foram as decisões e o modo de executar a tal responsabilidade política a que a Sr.^a Deputada, com certeza, se referiu.

Relativamente às coincidências temporais referidas pelo Sr. Deputado João Vasconcelos, não tenho qualquer elemento que me permita falar em coincidências ou em ausência de coincidências.

Quanto àquela que foi a expressão de discordância do Exército e não do General Rovisco Duarte, mas também dele, que é do Exército, sabe, com certeza, que o Conselho Superior do Exército reuniu, pronunciou-se e deu um parecer não favorável à Lei de Programação Militar.

Portanto, o Exército... Repito: numa sociedade plural, em que aos ramos é reconhecido um determinado nível de autonomia, em que é

reconhecida uma determinada esfera de competências ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, isso...

Eu gostava de ter podido aparecer no Conselho Superior de Defesa Nacional com uma posição unanimemente favorável, mas não considero desmerecedor, e acho que é consequência de vivermos numa sociedade plural em que se reconhece uma autonomia de pronúncia a cada um dos ramos sobre a LPM, nem diminuidor desse instrumento a expressão que, com lealdade, o ramo decidiu formular.

É, objetivamente, um facto que o Exército discordava da Lei de Programação Militar, mas não vou, como pode compreender, falar de algo que já não dependeu de mim, que é o processo negocial conclusivo que decorreu aqui na Assembleia da República e que foi aquele que conhecemos.

E, repito, permita-me Sr. Presidente, e já me vou calar, congratulo-me muitíssimo por o País dispor doravante de um instrumento tão fundamental que se deve também, com certeza, às opiniões e à valia das opiniões expressas pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor Azeredo Lopes. Em nome da Comissão, quero agradecer a sua disponibilidade e os esclarecimentos prestados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de encerrar os trabalhos, quero apenas recordar que, tal como foi acordado em reunião de Mesa e Coordenadores, o prazo para a entrega das questões a formular ao Sr. Primeiro-Ministro, que exerceu a prerrogativa de depor por escrito, tal como decorre da lei, será até amanhã às 18 horas.

Agora, sim, agradecendo a vossa presença, dou por encerrada a nossa reunião.

Eram 18 horas e 42 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.